RIO TIBAGI – CERAMISTAS, TROPEIRISMO E OCUPAÇÃO DO VALE DO TIBAGI

ARQUEOLOGIA

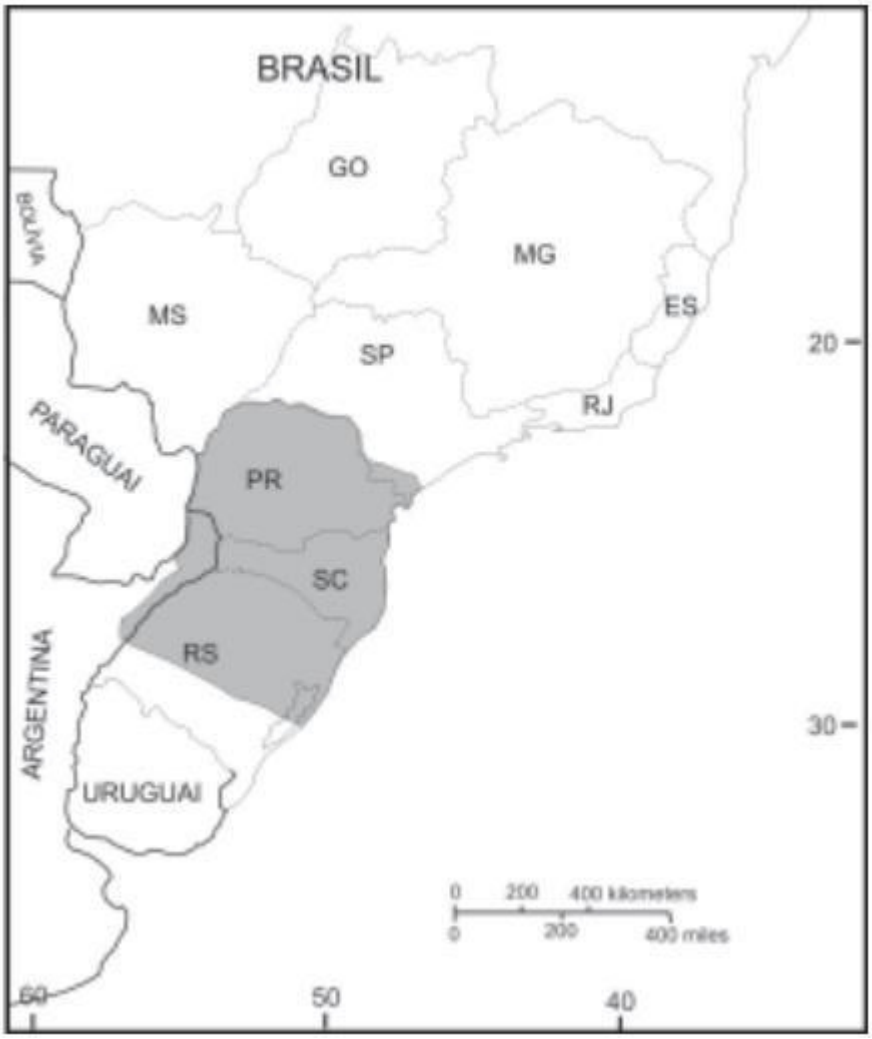
As culturas ceramistas

No período compreendido entre 2.500 a 2000 anos AP, novas populações surgiram no território que compreende o atual estado do Paraná. Com distintas formas de adaptação ao meio, as populações que chamamos de Itararé e Tupiguarani acabaram dominando o espaço, desenvolvendo também uma horticultura incipiente. Estas sociedades também se utilizaram de uma nova tecnologia: a cerâmica. O uso desta está associado com características mais sedentárias e com a vida em aldeias. Por ser um material mais resistente tende a permanecer no solo, sendo facilmente reconhecido pelos arqueólogos por meio dos cacos, ao contrário de outros materiais perecíveis. Estes tendem a desaparecer, pois a umidade e acidez da terra são altamente destrutivas, a exemplo da madeira, da cestaria, de vestimentas e até mesmo de ossos de animais que foram utilizados na alimentação e de ossos humanos resultantes de sepultamentos.

A plasticidade da argila permitiu as populações que fizeram o uso dela emprega-la na elaboração de formas diferenciadas, materializando aspectos culturais. Uma vez queimada a argila converte-se em cerâmica e, desta forma, poderia ser utilizada por estas populações horticultoras para a cocção dos alimentos e no armazenamento. Este, em especial, tornou-se importante para suprir as necessidades alimentares durante períodos de carestia.

A cultura Itararé

Os ceramistas da tradição Itararé foram pela primeira vez definidos no Paraná pelo arqueólogo Igor Chmyz, enquanto no Rio Grande do Sul a mesma tradição foi denominada “Taquara” por Eurico Miller. A presença desta cultura é marcante em áreas mais elevadas, conforme explica André Prous (1992), entre 600 e 1100 metros acima do nível do mar. São regiões de planalto com temperaturas mais frias, com ocorrência de geadas, e com vegetação alternada entre áreas de campos e mata fechada, com a presença da araucária. O mapa abaixo mostra a área de ocupação da cultura Itararé:



A área de ocupação da cultura Itarar-éTaquara. Referência: UJO, Astolfo G.M. A tradição cerâmica Itarar-éTaquara: características, área de ocorrência e algumas hipóteses sobre a expansão dos grupos Jêno sudeste do Brasil. RevistaArdqeueologia, São Paulo, 20: 09-38, 2007, p. 34.

Sua ligação linguística está relacionada ao tronco Jê (Chmyz, 1968; Schmitz, 1988). Segundo Urban (1992) é possível que a origem desta família linguística seja o Brasil central e, em um constante processo de migração acabaram chegando ao sul do Brasil. Pesquisas mais recentes realizadas no estado de São Paulo contribuem para esta origem, uma vez que uma rota mais a Oeste, pelo Paraguai, não se sustenta. Há quatro mil anos, as mudanças climáticas, com o aumento da temperatura e da umidade, as florestas de araucária se expandiram e, associados a este movimento surgiram os primeiros vestígios da

cultura Itararé. Esta também é denominada de Eldorado na Argentina, e Taquara no Rio Grande do Sul, sendo também chamada Itararé-Taquara. Pelo fato dela ter sido denominada inicialmente no Paraná, seguiremos esta terminologia.

A população Itararé utilizava como local de moradia as casas subterrâneas e os abrigos naturais, de maneira sazonal, isto é, de forma temporária. As habitações subterrâneas ocorrem em número variado de seis a sessenta e oito unidades com espaçamento variado entre elas, geralmente de um a dez metros. Para os locais de ocupação foram escolhidas as áreas nas encostas e, mais raramente, os topos dos morros, que possuísse algum riacho ou córrego próximos. É possível que esta escolha do local de ocupação tivesse uma razão defensiva contra outros grupos humanos, a exemplo dos Tupiguarani, cujo deslocamento se dava por rios navegáveis. A localização das aldeias em áreas mais altas também contribui para evitar inundações causadas por chuvas, uma vez que áreas mais baixas, próximas aos cursos d"água, são suscetíveis a este fenômeno. Até o presente os arqueólogos não verificaram a existência de um padrão fixo para o posicionamento das casas em uma aldeia. Estas ocorrem ao longo de um córrego, em forma paralela ou mesmo circular.

Para a construção das casas a cultura Itararé utilizava picões de pedra para escavar o solo ou mesmo o arenito, criando uma grande depressão de forma arredondada ou elíptica variando muito de tamanho, de acordo com a região, mas geralmente de dois a cinco metros, enquanto outras chegavam a onze metros. A profundidade permitia ficar de pé em seu interior, chegando até dois metros e meio, mas segundo André Prous (1992), as casas maiores podem chegar a seis metros no Rio Grande do Sul e oito metros em Santa Catarina.

Toda a terra removida era acumulada nas proximidades das casas formava um pequeno aterro, variando de 30 centímetros e dois metros. Uma casa escavada no Rio Grande do Sul revelou um círculo de pedra no interior e estruturas similares nas extremidades externas que indicam o local de uma coluna de sustentação central que serviam para manter o telhado. Na lateral havia pedras incrustadas na parede, que serviam como escadas, e um pequeno poste que ficava ao lado da passagem de entrada e saída. O fato do telhado não atingir o chão deixava um espaço que permitia a entrada de luz e a circulação do ar, o que era muito importante, pois como havia fogueiras a fumaça poderia

sair. No Rio Grande do Sul foram encontradas duas casas contendo bancos de terra junto as paredes (com 50 cm de altura).

A presença de materiais arqueológicos, cerâmica e lítico, além dos restos de fogueira com vestígios de pinhões, mostra que atividades cotidianas eram desenvolvidas dentro da habitação. De tempos em tempos se fazia uma limpeza do espaço, pois materiais também são encontrados na área externa. Distintos pisos de ocupação, intercalados com camadas de sedimentos sem materiais revelam que as casas foram reocupadas, ou que uma limpeza era frequentemente efetuada.

As escavações realizadas não permitiram um esclarecimento sobre as diferenças das casas grandes e pequenas. Uma tese proposta por M. J. Reis apresenta um modelo de que as casas menores, mais numerosas, seriam mais antigas. Já o surgimento das casas maiores significaria uma mudança na estrutura social, talvez familiar. Outra opinião é que esta habitação de tamanho maior teria uma função cerimonial, uma espécie de lugar comum que reuniria quem vivia nas casas menores (Prous, 1992)

Os aterros encontrados em sítios arqueológicos no Paraná são de dois tipos: os maiores que são localizados no meio das habitações, de aspecto circular, entre quatro e treze metros, com altura entre um metro e meio e dois metros; e os menores de forma alongada localizados entre as depressões das habitações sem organização definida, entre um metro e vinte e três metros de comprimento, e setenta centímetros e um metro e vinte de largura.

Além desses aterros há outra estrutura que pode ser diretamente associada as casas subterrâneas: a galeria. Trata-se de um túnel de acesso que leva da superfície ao interior da casa. Em Campina da Lagoa foram encontradas três entradas com um metro e vinte de diâmetro de uma mesma galeria. Estas descem verticalmente para um túnel horizontal. Em alguns túneis foram localizadas gravuras rupestres (retângulos, triângulos e círculos com um ponto no centro) semelhante aos que ocorrem na tradição Geométrica.

Há também nichos que a princípio não forneceriam mobilidade, mas que podem ter uma origem ritual, a exemplo do que se encontra em sociedades indígenas atuais que empregam certos espaços para isolar indivíduos, durante determinados ritos de passagem. Tais túneis, segundo o arqueólogo André Prous, poderiam ser de dois tipos: o particular e o coletivo. No particular poderia ocorrer uma saída rápida de uma casa, enquanto a galeria

coletiva serviria de espaço de refúgio. Nestes túneis são visíveis marcas das ferramentas de pedra utilizadas para escavá-los.

Por fim, no que se refere às estruturas construídas pela cultura Itararé, há os chamados “danceiros”, que são espaços construídos a partir de um muro de terra que cerca um círculo, entre vinte e oitenta metros de diâmetro, construídos no topo de um morro na área da atual divisa entre o estado de São Paulo e o Paraná. Tais estruturas mostram a presença de vestígios arqueológicos que estão relacionados a cultura Tupiguarani, a exemplo de urnas funerárias e fundos de cabanas. Quanto a esta questão André Prous esclarece:

> É possível, portanto, que os Tupiguaranis tenham adotado nesta região costumes exclusivos dos Jês, prováveis responsáveis pelas casas subterrâneas, a não ser que um antigo sítio destes (...) tenha sido reocupado pelos Tupiguaranis, que, inclusive, aproveitaram os montículos existentes para colocar suas urnas. (Prous, 1992).

No estado do Paraná o sítio Zampierón que se encontra distante das casas (aproximadamente quatro quilômetros) tem um muro de formato quadrangular (dezessete metros por treze metros), uma vala externa e uma entrada em um dos lados menores. Ao centro foram encontrados nove aterros com três metros de comprimento com a mesma orientação. Ao estudarem um desses montes apareceram diversas lascas de rochas (sílex, quartzo e diabásio), e na base havia os restos de uma fogueira.

Os restos de ocupação da cultura Itararé também ocorrem em áreas sem habitações escavadas e sem montículos ou muros de terra. Não são assentamentos grandes, geralmente medindo de dez metros por 20 metros, mas deixaram uma diferença na coloração do solo, que fica mais escuro em relação ao redor. Os materiais arqueológicos são encontrados concentrados, o que indica a prática de limpeza. É provável que estes assentamentos sejam locais temporários.

Outra característica de edificação, com função ritual, está relacionada aos alinhamentos de pedras e megálitos no valo do rio Iguaçu, que foram discutidos em um artigo por Langer e Santos (2002). Com relação as práticas funerárias da cultura Itararé, há dados mais abundantes para os outros estados do Sul, onde se registrou os enterramentos em abrigos. No Paraná os abrigos, pelo menos até o presente, só foram reconhecidos como locais de ocupação temporária e não como cemitérios. No sítio Bruacas foi localizada uma

fogueira de nós de pinheiro na parte central enquanto restos de cerâmica estavam próximos a extremidade das paredes e em pequena quantidade, o que sugere que o local foi utilizado por um curto período de tempo. No vale do Ribeira e no do Tibagi foram localizados sepultamentos com pedras, descritos por Robrahn (1989) e Mota el al (2005).

A cultura material Itarare

Devido aos fatores de ordem climática a conservação de vestígios arqueológicos no Brasil, pais de clima tropical e sub-tropical com grande intensidade de chuvas, torna-se difícil e somente materiais mais resistentes tendem a ser preservados. Aliado a este problema está a acidez do solo que tende a destruir os vestígios orgânicos, a exemplo de ossos humanos e de animais. Assim, o que temos sobre a antiga cultura Itararé está restrito a cerâmica e aos materiais líticos. Mas em alguns abrigos, onde a umidade é muito baixa ou nula, materiais orgânicos podem ser eventualmente encontrados.

Um dos elementos que caracteriza a presença da cultura Itararé é a sua cerâmica. Nos sítios arqueológicos ela não é muito abundante, pois devido a sua fragilidade, tende a desaparecer pois se fragmenta com muita facilidade. Em áreas agrícolas um arado pode destruir completamente este tipo de vestígio. O tipo da cerâmica é simples, pois os vasilhames eram feitos pequenos, com diâmetro entre doze e vinte centímetros, com espessura muito fina, a partir de uma argila misturada com areia ou hematita (empregadas como antiplástico). Os recipientes tendem a ser mais altos do que largos, há vasos cônicos, quase cilíndricos, hemisféricos e alguns com bases planas. A técnica de confecção destes vasilhames era a do tipo acordelado e paleteado. O acordelado (também conhecido como roletado) consiste na elaboração de roletes de argila que são sobrepostos em uma espiral a partir de uma base, sendo unidos pela pressão das mãos e pelo posterior alisamento. Já a segunda técnica, é explicada por Cláudia Parelada, que estudou esta cerâmica a partir do acervo do Museu Paranaense: “No paleteado confeccionava-se o vasilhame inicialmente através de um cone de argila apoiado em seixo arredondado de pedra, que era batido sucessivamente com uma paleta de madeira ou outro seixo, fazendo-se peças de diferentes formas e tamanhos.” (Parellada, 2008)

Após a elaboração do vasilhame, este recebia o engobo. Trata-se de um revestimento feito de argila bem fina, como se fosse uma pintura, que dá uma coloração diferenciada

na peça ou até mesmo a impermeabiliza. Em alguns vasilhames e fragmentos foram encontrados elementos decorativos, mas estes estão restritos as partes superiores, próximas a borda. São encontradas incisões, pontos, ungulados e impressões de cestaria. Posteriormente era feita queima dos vasilhames em uma fogueira ao ar livre (queima oxidante). Esta situação gerava um processo incompleto, quando não se obtinha uma boa resistência do material, o que explica a fragmentação do mesmo. A coloração é geralmente cinza ou preta, embora existam vasilhames de cor avermelhada devido ao engobo. Rye (apud Parellada, 2008) demonstrou que as variações na coloração de um vasilhame podem ocorrer diversos fatores, como as ações mecânicas da erosão e abrasão (que podem expor o núcleo), depósitos devido ao uso (como a constante presença do mesmo numa fogueira), a ação de bactérias (que podem alterar a coloração), substâncias orgânicas no solo e uma eventual reação química a partir dos elementos que constituem o engobo (a pintura do vaso). Há também alterações causadas durante a queima, geralmente o acesso ao ar ocorre de maneira diferenciada, pois uma parte pode estar protegida pelas brasas enquanto outra está exposta ao ar, o que causaria manchas.

Além dos vasilhames esporadicamente foram encontrados outros tipos de peças, como tortuais de fuso (instrumento para a produção de fios), bolas de argila queimadas (talvez para serem empregadas como bolas de fundas) e uma estatueta feminina quebrada (que não foi devidamente estudada).

Com relação aos artefatos líticos há uma grande variedade. A base deste tipo de material são as lascas, com poucos sinais de retoques, isto é, são utilizadas na sua forma bruta. São encontrados raspadores confeccionados em quartzo e em sílex. Há também outros instrumentos como as talhadeiras, geralmente produzidas a partir de instrumentos polidos quebrados, objetos parecidos com núcleos com uma ponta (empregados como picões), além de pedras que serviam como batedores, alisadores e bigornas (Prous, 1992).

Por fim os artefatos produzidos com matéria orgânica são em menor número, contudo, os poucos exemplares encontrados revelam como a tecnologia desta cultura era diversa. Nos sítios encontrados em abrigos no Rio Grande do Sul foram recuperadas cordas, cordéis, tembetás, bolsas (com vários tipos de nós), pentes e porta-recipientes. Paredes feitas com bambus também foram encontradas. A indústria de osso e concha é pouco conhecidas. Há apenas dois furadores feitos com pedaços de ossos encontrados no

abrigo Casa de Pedra, e contas feitas de conchas, com formato arredondado, provenientes de rios.

Com relação a alimentação foram encontrados nas casas subterrâneas pinhões carbonizados em áreas de fogueiras ou junto a mãos de pilão. A semente da araucária, que é coletada entre os meses de abril e junho, poderia ser eventualmente armazenada sendo uma importante fonte nutricional da cultura Itararé. A araucária também fornecia madeira para construções e como combustível. Já no Rio Grande do Sul os abrigos também revelaram a presença de milho, outro alimento muito importante da dieta desta cultura. Outros tipos de alimentos são pouco conhecidos, pois faltam dados materiais. Conchas bivalves foram coletadas no sítio abrigo Bruacas. Outros vestígios de fauna são igualmente raros o que está relacionado a acidez do solo e a umidade. Devemos pensar que a prática de limpeza nas casas subterrâneas também é um fator que pode explicar a ausência destes vestígios, uma vez que eram jogados fora. É provável que prática da caça também fosse uma atividade cotidiana destas populações.

A cultura Tupiguarani

Esta cultura foi denominada a partir de um grupo indígena conhecido historicamente, que se divide em muitas tribos que ocupam diversos países além do Brasil (Argentina, Paraguai, Uruguai, Bolívia e Peru), cujas línguas formam o tronco linguístico Tupi. A língua Tupi-guarani (com hífen) reúne os indígenas Guarani da Bacia do Rio da Prata, nos vales dos rios Paraná e do Uruguai, os Tupis dos litorais carioca e maranhense e alguns outros que se localizam na Bacia Amazônica. Na realidade *"(...) os Guaranis representam diversas populações que tinham em comum língua, cultura material, tecnologia, subsistência, padrões adaptativos, organização sociopólítica, religião, mitos, etc"* (Noelli, 1999-2000).

Os arqueólogos do PRONAPA acabaram por utilizar o termo "Tupiguarani" (sem hífen) com o objetivo de diferenciar os grupos proto-Tupi ou proto-Guarani daqueles que foram descritos a partir do século XVI. Embora as informações históricas sobre os Tupiguarani sejam importantes, deve-se ter cautela ao tentar utilizar estes dados do período mais recente para completar aquelas da pré-história.

Ao longo do desenvolvimento da arqueologia brasileira houve uma tendência em acreditar que toda a cerâmica encontrada no Brasil, excetuando a bacia Amazônica, fosse

Tupiguarani. Posteriormente, com o desenvolvimento dos estudos a cerâmica com pintura foi associada aos Tupi e outras diferentes a demais grupos. No Paraná, Igor Chmyz realizou estudos que demonstraram a existência de uma evolução cultural nos estilos decorativos da cerâmica Tupiguarani. O primeiro é a subtradição pintada, que seria mais antiga com vasilhames decorados com pinturas na parte superior, conservando parte do bojo e da base sem decoração. Neste grupo haveria mais cacos simples e pintados em relação a outros com decoração plástica. O segundo grupo é o da subtradição corrugada, onde predomina a decoração do tipo corrugada, embora dentro deste conjunto ainda existam fragmentos com pintura. Por fim, o terceiro grupo é o da tradição escovada, aparecendo em sítios onde se verifica a influência europeia, já durante o contato.

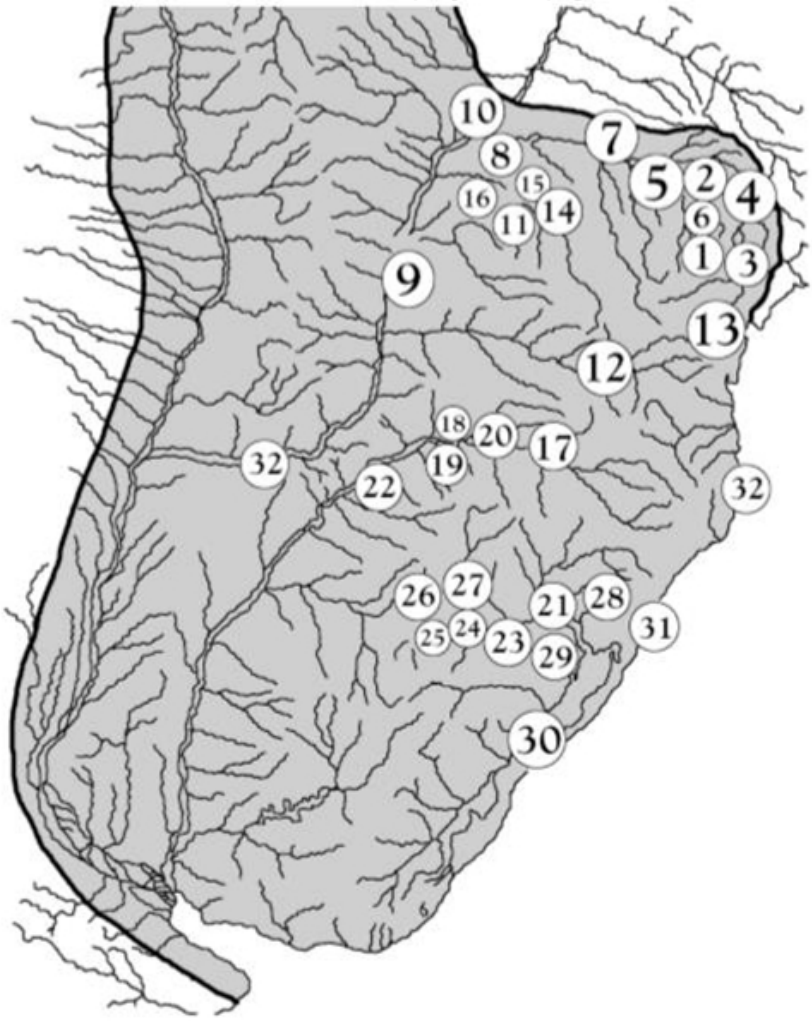
Esta tentativa do estabelecimento de mudanças de estilos está mais relacionada a aspectos regionais do que a uma sucessão cronológica, de acordo com diferentes pesquisas realizadas por Luciana Pallestrini e André Prous, no final da década de 1970. Com o passar do tempo inúmeros sítios Tupiguarani foram encontrados, na década de 1980 já eram conhecidos mais de mil, que se distribuem por uma faixa Sudoeste-Nordeste do país, com uma largura estimada entre quinhentos e mil quilômetros.

As pesquisas realizadas nos sítios arqueológicos Tupiguarani demonstraram que os territórios por eles ocupados estão relacionados a algumas condições ecológicas específicas. São sempre encontrados onde há proximidade com rios navegáveis e em zonas de matas. Isto mostra como eles empregaram a rede hidrográfica para realizar uma continua expansão sobre o território, visto a sua vocação para a navegação. Não se adaptaram em regiões muito frias, onde há mais de cinco dias com geadas por ano e preferiram regiões mais baixas, pois são poucos os registros em áreas com altitude superior a 400 metros acima do nível do mar.

Dentre os locais ocupados, nota-se uma grande concentração de sítios na bacia dos rios Paraná e Uruguai, entre os rios Paranapanema e Jacuí. Havia uma interação grande entre a costa e o interior, conforme as narrativas dos cronistas e das evidências arqueológicas, a exemplo do caminho do Peabiru. Este ligava várias regiões, chegando a região de Cananéia, no litoral sul de São Paulo, e percorria todo o Paraná, com várias ramificações, chegando até Assunção, no Paraguai. No interior do nosso estado, o caminho atravessava os rios Tibagi e Ivaí, seguindo depois para o valo do rio Piquiri até o rio Paraná.

Diversos trechos do caminho foram pesquisados desde a década de 1970, Igor Chymz e Zulmara Sauner Posse, chegaram a percorrer trinta quilômetros e narraram assim o mesmo: *"nos trechos de mata, os vestígios do caminho eram perfeitamente visíveis. A trilha media 1,40 m de largura e 0,40 m de profundidade (...) não constatamos qualquer revestimento do seu leito; a terra apresentava-se compacta."*

A seguir pode-se observar a área de ocupação Tupiguarani no sul do Brasil:



Área de ocupação Tupiguarni no Sul do Brasil e países vizinhos. Os pontos correspondem a datações realizadas. Referência: LLI, Francisco Silva. A ocupação humana na região sul do Brasil: Arqueologia, debates e perspectivas 1872-2000. Revista da USP. Nº 44, dez./fev. 1999-2000, p. 248.

A cultura Tupiguarani são localizadas em áreas elevadas, ocupando geralmente a parte superior das encostas dos morros próximos a rios navegáveis e com fontes de água potável mais próximas ao local das habitações. Nos sítios maiores há a presença de vários fundos de habitação, com cacos de cerâmica misturados a um sedimento mais escuro, rico

em matéria orgânica. Mas verificar se houve mais de uma ocupação nestes sítios é algo difícil, a não ser em casos específicos, como quando há elementos europeus, por exemplo.

Os sítios menores, com uma única concentração, têm entre vinte e cinco e quatrocentos metros quadrados, que em conjunto podem se estender por uma superfície de mais de vinte mil metros quadrados, principalmente nas regiões mais densamente ocupadas, na bacia do Paraná e no litoral do Rio de Janeiro. O mais comum, no entanto, é que tenham entre dois mil e dez mil metros quadrados. Ao longo do rio Paraná há sítios das fases Ivinheima e Sarandi que possuem uma única concentração de materiais arqueológicos, isto é, possuem um tamanho menor. São abertos para o rio principal, e formados por faixas escuras de dez metros de largura que formam um semicírculo. Havia, provavelmente, vários fundos de habitação muito próximos um do outro e outras particularidades, que merecem mais atenção devido ao fato de que estudos mais profundos ainda estão sendo desenvolvidos.

As manchas de sedimento mais escuro revelam até a presença de três unidades habitacionais que eram organizadas ao redor de uma praça central. Este espaço, além de abrigar os vivos, também era empregado para os mortos, pois em alguns casos o sítio é também um cemitério. De uma maneira geral os enterramentos os enterramentos estão fora das habitações, mas próximos a elas, podendo se situar entre duas cabanas ou isolados, ou mesmo em grupos, geralmente na praça central, como no Paranapanema. Nos sítios de Sarandi e Ivinheima foram encontrados numerosos enterramentos em urnas, agrupadas na praça central. Segundo Prous (381) esse fato indica que as ocupações de tais aldeias não eram tão perenes, mas havia uma certa permanência nos locais, já que há uma quantidade considerável de enterramentos. Isso acontece também em sítios menores, locais de ocupação provisória, segundo este mesmo autor, não apresentam enterramentos e vestígios de urnas nem a característica sedimentação escura dos fundos de habitações mais definitivas.

Os estudos em uma variedade de sítios Tupiguarani mostra que havia espaços de uso específicos, como aqueles destinados as habitações, ao uso público e também ao cerimonial, bem como outras cuja razão de ser é desconhecida dos pesquisadores. Nas áreas residenciais aparecem cabanas com plantas arredondadas, possivelmente evocando construções de madeira cobertas com folhas e com armação curva sustentada por postes

centrais que, dificilmente, são localizados ou mesmo os buracos nos quais estariam inseridos. No Paraná e no Rio Grande do Sul foram também encontrados pedaços de argila com marcas de madeira, indicando que havia construções de taipa em sítios pré-coloniais, ou seja, locais onde não houve influência europeia. Algumas manchas mais claras nas "manchas pretas" podem ser um indicativo que havia divisões internas nas habitações e que esteiras seriam colocadas na vertical com esta finalidade.

No interior das casas também são encontradas marcas de fogueiras e concentração de carvão em alguns pontos, assim como prováveis estruturas de fornos indicando locais para preparar os alimentos. Além disso, há marcas de pigmentos em sítios de São Paulo e do Rio Grande do Sul que talvez indiquem a presença das atividades realizadas pelos(as) ceramistas. Isto indica que atividades eram desenvolvidas dentro das habitações. E, dado e a este fato, deveriam existir nas habitações aberturas laterais para a entrada de luz. Tal tipo de vestígios, em conjunto com a cerâmica e ferramentas de pedra encontradas nos sítios podem auxiliar para o estudo da vida cotidiana dessas populações indicando usos dos espaços, por exemplo, para a confecção de ferramentas, cerâmica e a produção de alimentos.

Com relação aos sepultamentos, há dois tipos principais: diretamente na terra ou em uma urna funerária. Ambos podem aparecer no mesmo sítio ou mesmo lado a lado. Na maioria dos casos, no entanto, os enterramentos são em urnas, com a presença, em alguns casos, de enxoval funerário. Este é constituído por miniaturas de recipientes de cerâmica, artefatos líticos de uso do falecido em vida e contas de vidro, encontradas em sítios de contato cultural. O enterramento em urnas mais comuns, pode revelar, segundo Prous, a preocupação dos sobreviventes de não deixarem os ossos em contato com a terra, preocupação essa que aparece também pela presença de tampas, por vezes improvisadas nos recipientes utilizados como urnas. As tampas poderiam ser fabricadas ou eram outros vasilhames que eram empregados como tal propósito. A tampa poderia também ter uma função simbólica, pois poderia impedir o retorno do morto.

As urnas eram colocadas em buracos com pelo menos um metro de profundidade. Na área "Guarani" as urnas são mais largas do que altas, com uma carena (dobra que forma um ângulo na parte superior do vaso) e uma boca larga. Elas possuem o mesmo formato dos vasos que eram utilizados para bebidas fermentadas, o que remete a uma

relação entre os enterramentos e as bebidas alcoólicas, provavelmente ingeridas nos rituais funerários. Cronistas do século XVI também relataram que alguns grupos queimavam os ossos dos seus mortos, que depois eram misturados à bebida, que era consumida em seguida, numa espécie de endocanibalismo.

Já na região “Tupi” (litoral de São Paulo até o Rio Grande do Norte) os enterramentos eram realizados em recipientes abertos, em forma de tina oval ou quadrangular. As tinas também recebiam tampas em forma de grandes pratos rasos, como assadeiras. Não é possível, no entanto, fazer uma oposição absoluta entre as duas áreas, já que as formas carenadas aparecem na região “Tupi” e um sepultamento em vaso aberto também foi localizado no Paraná.

Todas as formas de decoração – pintada, corrugada e lisa – podem ser encontradas nas urnas e nas tampas, sendo que a decoração pode ser diferente nas duas peças. O tamanho das urnas variava conforme a idade do indivíduo, pois crianças eram inumadas em pequenos vasos, enquanto que para um adulto as proporções precisavam ser bem maiores. De forma geral cada urna abrigava apenas um corpo, mas pelo menos em uma inumação foram encontrados dois corpos em uma única urna da fase Ivinheima. As urnas também poderiam ser utilizadas, talvez com mais frequência, para inumações secundárias – quando o indivíduo era inumado uma vez e posteriormente seus ossos eram reenterrados em uma urna.

Os dados que apresentamos até aqui podem ser empregados para tentarmos estabelecer algumas conclusões sobre o padrão de ocupação dos Tupiguarani. Há um elemento comum, que é a procura por rios principais, e as habitações que aparecem sempre na forma ovalada ou circular, tendo as menores concentrações aproximadamente cem metros quadrados. Ao nos apropriarmos de dados etnográficos, cada concentração poderia corresponder a um grupo de quinze pessoas, já em casas maiores, que poderiam ter mil metros quadrados facilmente abrigariam até sessenta pessoas. Aldeias pequenas teriam, assim, de duzentas a trezentas pessoas.

A divisão da comunidade em casas menores poderiam ser um indicativo de uma sociedade com linhagens ou clãs. É possível, visto os estudos levados a cabo por Meggers e Maranca, que as aldeias fossem divididas em duas metades onde residiriam famílias

exogâmicas matrilocais, pois a presença da cerâmica decorada encontrada em cada metade representaria uma linhagem que ficaria restrita sempre a mesma casa.

Já a grande variação no número de casas e em sua disposição, bem como a posição estratégica de algumas aldeias, que poderia estar ligada a fatores belicosos são questões ainda em debate. Tanto o fator cronológico quanto o geográfico não são suficientes para explicar todas as variações existentes. Mas é certo que ocorreu uma espécie de "tupiguaranização" de grupos e culturas diferentes, que teriam adotado os costumes dos Tupiguarani, mas isso leva a outra discussão, relacionada à densidade demográfica dos Tupiguaranis e à duração da ocupação dos sítios, o que pode em parte ser feito por meio do número de enterramentos encontrados, da espessura dos sedimentos arqueológicos e da densidade de vestígios de cada sítio.

A quantidade de enterramentos pode ser relacionada ao número de anos de ocupação de um sítio, já que dificilmente haveria muitos enterramentos em um local ocupado por um curto espaço de tempo. Seria possível estimar o número de mortes em anos por meio dos padrões populacionais, contudo, não há dados suficientes para isso. Quanto à espessura da camada arqueológica I. Rouse afirmou, baseado em informações provenientes de Porto Rico, que um centímetro e meio de sedimento corresponderia a um ano e seis meses de ocupação. Por mais tentadora que seja esta proposta, pois permitiria calcular o tempo de ocupação de cada sítio, teríamos que ter certeza se o sítio teve sempre uma continuidade ou se era cíclico, isto é, as pessoas saíram e retornaram tempos depois para o mesmo local. Como era comum haver de quinze a vinte centímetros de terra nas habitações, às vezes até trinta e quarenta centímetros, estima-se de quatorze a sessenta e quatro anos a ocupação de sítios Tupiguarani. Todavia, mais dados seriam necessários para se chegar uma conclusão sobre o tempo de ocupação e o número de habitantes preciso de um sítio Tupiguarani.

A Cultura Material Tupiguarani

A grande quantidade de sítios Tupiguarani encontrados permite o reconhecimento de uma série de detalhes sobre a cultura material desta sociedade. Trataremos inicialmente sobre a cerâmica. De longe os vestígios mais números deste tipo de sítio são os fragmentos de vasos. A cerâmica Tupiguarani, decorada, foi basicamente utilizada para fabricar

recipientes, mas há outros tipos de instrumentos, como pesos de rede, cachimbos e até adornos. A argila, coletada dos rios e cursos d"água próximos às aldeias, era misturada ao antiplástico, geralmente a areia, ou cacos de cerâmica moídos. Vestígios de carvão também são encontrados na cerâmica encontrada no Paraná. Contudo, além desta característica da composição, mais significativa é a decoração presente: policrômica sobre um fundo revestido com engobo branco, sobre o qual são pintados traços lineares.

A espessura dos vasilhames é bem maior do que as da cultura Itararé, e a queima como nem sempre estava totalmente oxidada, faz com que os cacos pareçam mais grosseiros. A cerâmica mais simples tinha a sua superfície grosseiramente alisada, mas o antiplástico na maioria das vezes não está aparente. Os cacos desta cerâmica simples podem ser provenientes de cerâmica não decorada, ou de partes não decoradas de vasilhames que possuem alguma decoração zonada, isto é, em um local especifico acima da carena, que poderia ser pintado ou ungulado.

Na cerâmica Tupiguarani do sul do Brasil, datada posteriormente ao século XIV, apresenta uma "decoração" escovada, feita com espigas de milho, tal como ocorre em algumas comunidades ceramistas contemporâneas. Na região de Itaipu, esta técnica foi predominante chegando a 85,5% dos cacos recuperados e analisados.

Sempre é a face externa que recebe a decoração plástica. Há uma grande variedade e pode haver combinações, mas essas são raras. A decoração mais comum é a do tipo corrugado, seja ela simples, complicada, ou corrugada-ungulada. Aplicada geralmente com espátulas, tal decoração aparece na superfície total dos recipientes, o que explica sua predominância nos sítios arqueológicos. Já a decoração ungulada, feita a partir do emprego das unhas, é menos comum, atingindo de 10 a 15% dos cacos. As ungulações poderiam ser alinhadas paralelamente ou formar figuras geométricas, como no caso da fase Condor, no Paraná. A decoração ungulada não aparece em urnas funerárias. Há, ainda, outras formas de decoração plástica menos frequentes nos sítios. São elas: o ponteado, inciso, acanelado, digitado, digitoungulado, nodulado, pinçado, beliscado e roletado. Algumas são encontradas apenas em determinados locais, como a marcação com corda e a impressão de esteiras ou tecidos, encontradas no Alto Iguaçu.

Outra forma de decoração frequente é a pintada. Conforme mencionamos a policromia é comum nas cores vermelha, preta e branca (às vezes de cor creme). Sempre

eram aplicadas nos vasilhames antes da queima, exceto por alguns exemplares localizados próximos a região Amazônica. O vermelho era empregado como engobo, enquanto o preto era pintado em linhas finas, geralmente com o uso de um pincel, o que o corre também com o vermelho, mas nunca com o branco. O vermelho também poderia ser aplicado em faixas largas, com os dedos. Tal forma de decoração aparece na parte externa de vasos globulares e na interna de vasilhas abertas. No caso das urnas funerárias, como já salientamos anteriormente, a porção superior é a área decorada.

Quanto às formas dos vasilhames há uma maior variedade, ocorrendo algumas em praticamente todas as áreas da expansão Tupiguarani, a exemplo da forma esferoide, de bordas extrovertidas e a tigela em calota de esfera. Outras, contudo, são mais regionais, como as igaçabas – ou urnas funerárias – que existem entre o Sudoeste paulista e o Uruguai. Cada categoria morfológica tem uma função distinta, o que nos permite obter informações sobre a alimentação e preparo dos alimentos em cada sítio ou fase. As igaçabas, por exemplo, são recipientes para líquidos e jarras para a preparação de bebidas fermentadas, enquanto os vasos globulares servem para a preparação de alimentos fervidos e os recipientes abertos eram usados para torrefação, além de servirem como tampas para as urnas funerárias. Além dos vasilhames há outros objetos confeccionados em cerâmica, No Paraná são encontrados suportes de panelas hemisféricos e tortuais de fuso, bem como colheres, Cachimbos também foram localizados em grande número no estado do Rio Grande do Sul. Há ainda objetos de cunho estético, como pingentes globulares perfurados e modelagens em forma de cabeças de animais e mesmo humanas, mas estes são mais raros, de significado incerto.

Quanto ao material lítico percebe-se que o de tipo lascado é exíguo se comparado com outras tradições pré-históricas brasileiras. Há pedras utilizadas ou modificadas pelo fogo e mais comumente artefatos polidos. Para a elaboração destes artefatos eles utilizavam os materiais que estivessem disponíveis ou obtinham a matéria prima de regiões mais distantes. Ribeiro (2008) fez uma breve descrição dos diferentes tipos de artefatos que estão presentes nos sítios: os artefatos polidos são os mais recorrentes, entre os quais os machados, mãos de pilão, mós (geralmente em basalto) os afiadores ou calibradores (em arenito) e as lascas (de calcedônia ou de quartzo). Há também batedores, polidores, talhadores e objetos de adorno, a exemplo dos tembetás em forma de “T” (feitos de quartzo

hialino e/ou leitoso). No Rio Grande do Sul ocorrem as chamadas “bolas de boleadeiras”. Durante a nossa visita ao Museu da Colônia de Witmarsum acabamos por encontrar três exemplares que foram doados a instituição. Há também as pedras utilizadas como é o caso daquelas empregadas como suportes de panela e como pigmento para a produção da tinta.

Já os artefatos feitos de outras matérias primas, como resinas, ossos e dentes, estão relacionados a adornos. Tembétas também eram produzidos com resinas, a exemplo do que continuamente fizeram os índios Xetás históricos. Já os instrumentos ósseos referem-se a contas de colar, mas podem aparecer também anzóis, pontas de simples com ossos longos, pontas duplas e agulhas e burís. Já no litoral há vértebras de peixes que foram perfuradas para servirem de contas, caninos de roedores e felinos com perfurações. Os artefatos de concha são igualmente raros, mas foram utilizados em períodos mais recentes, a exemplo da descoberta de 209 contas em forma de disco que Chmyz encontrou em uma urna funerária no vale do rio Paraná.

Para finalizar os dados sobre os Tupiguarani devemos tratar da sua subsistência. Por se tratar de uma sociedade adaptada a horticultura, os Tupiguarani empregavam o sistema conhecido como coivara, isto é, quando a mata era derrubada e, após algum tempo, o local era queimado. Posteriormente realizava-se uma roça mista onde eram cultivados milho, mandioca, feijões, amendoim e algodão. Os locais selecionados para estes cultivos estavam sempre próximos as aldeias e, de acordo com a necessidade, expandiam para locais mais distantes na mata (Bandeira, 2014). No que se refere a pesca, um grande número de ossos de peixes foi encontrado nas escavações, embora não se tenha uma precisão sobre as espécies. Ostras em outros gastrópodes eram coletadas, principalmente nas áreas litorâneas, enquanto que as bivalves fluviais são abundantes em sítios do interior. Quanto a caça é certo que era praticada, mas os restos da fauna são raros. Entre as espécies destacam-se: porco-do-mato, tatu, anta, paca, cervídeos, macacos, aves de grande porte e também cascas de ovos.

HISTÓRIA

Ocupação dos Campos Gerais e Tropeirismo

Ainda no século XVII e início do século XVIII, antes das expedições militares ao "Sertão do Tibagi", pequenos faiscadores de ouro estabeleceram- se em algumas regiões próximas ao Tibagi, porém o rápido declínio da atividade e notícias de que havia sido encontrado ouro na região de Minas Gerais levou a uma emigração. Claro que a mineração no Paraná não se extinguiu de todo, tanto no Tibagi, quanto nas regiões do Litoral e do Primeiro Planalto paranaense que tiveram o início da sua ocupação também relacionada à mineração, mas seu dinamismo foi perdido. Os poucos que permaneceram buscaram novas alternativas de sobrevivência, como a pecuária e a agricultura.

> "Este amplo processo de esvaziamento da principal atividade primária produzida até então resultou no surgimento de uma estrutura social, representada, a partir daí, por proprietários de terra – muitos dos quais haviam sido, em tempos anteriores, detentores de concessões de mineração. Neste novo cenário, a pecuária e a agricultura se tornaram as principais atividades e, principalmente, a base de sustentação da população que permaneceu na região" (TIBAGI MONTANTE: 2016).

A ocupação dos Campos Gerais foi motivada pela expansão dos campos de Curitiba, quando o lucro antes conquistado na região com a mineração já havia deixado de existir. Assim, as fazendas de criação de gado que passaram a estabelecer-se no segundo planalto a partir do século XVIII expressavam um modelo de vida que aos poucos foi anteriormente sendo estabelecido em Curitiba. Segundo Ritter,

> "Desde esta época, a pecuária teve papel relevante no povoamento do Paraná. O gado foi deslocado para estes campos diante da necessidade dos mineiros em ter uma fonte de abastecimento próxima. As fazendas surgiram não só para sustento destas populações, mas também para suprir a carência de meios de transporte. As minas, localizadas em zonas mais distantes exigiam meios de locomoção, provocando a proliferação destes estabelecimentos e a expansão do povoamento mais para o oeste paranaense". (RITTER, 1980)

Por isso, incialmente o segundo planalto era conhecido como Campos Gerais de Curitiba, por destacar-se como uma expansão desta região.

A descoberta do ouro em Minas Gerais só intensificou a atividade de criação de gado com a certeza de um novo mercado consumidor. A maneira mais comum do estabelecimento de propriedades foi através da solicitação de sesmarias. Para isso, além de apossar-se da terra, era necessário comprovar que possuía animais para o exercício da atividade econômica, bem como escravos para a realização do trabalho. Com a expansão da atividade de criação de gado *vacum e cavalar* na região de Curitiba esta chegou aos Campos Gerais, principalmente com a ação de ricos habitantes de São Paulo, Santos e Paranaguá que no início do século XVIII, estimulados pelo alto preço do gado, alcançaram conquistas, via doação, de sesmarias, fundando várias fazendas.

Uma das primeiras famílias a chegar na região foi a Taques, de São Paulo, que no início do século XVIII conseguiu sesmarias que hoje abrangem os municípios de Jaguariaíva, Piraí do Sul, Castro e parte de Ponta Grossa. Isso só foi possível porque cada elemento da família pediu sesmaria separadamente. Por exemplo, seu filho Pedro Taques e o genro José de Góis e Moraes conquistaram suas sesmarias até o Tibagi. “A fixação de moradores se efetivaria através das concessões de sesmarias para a formação de currais ao longo da estrada que partia de Curitiba para os campos, mais para o oeste paranaense” (RITTER, 1980).

Assim, como afirma Balhana, “o elemento fundamental da expansão e fixação foi a fazenda de criação de gado como instrumento, a família como agente social e econômico, as regiões de campos naturais como espaço geográfico e a escravidão como sistema de trabalho” (BALHANA: 1969).

A área dos Campos Gerais onde se estabeleceram as fazendas criatórias e, posteriormente, os pousos e vilas compreendem hoje os municípios de Palmeira, Ponta Grossa, Castro, Tibagi, Jaguariaíva e Itararé, sendo que grande parte deles estão na bacia do rio Tibagi. Desse modo, podemos afirmar que núcleos permanentes passaram a existir na região do Tibagi já no início do século XVIII, a princípio nas cidades próximas à nascente do rio – território que foi expandindo-se nesse momento através da doação de sesmarias. Assim, “acompanhando as vias de penetração do povoamento, o Tibagi é a penúltima região que se tornou economicamente expressiva, em direção a São Paulo. Vários paulistas foram proprietários nesta área, desenvolvendo principalmente a atividade criatória” (RITTER, 1980).

Muitos desses proprietários nem sempre residiam em suas propriedades, já que possuíam terras em outros locais. “Geralmente, os sesmeiros donos de várias propriedades, quase sempre agrupados pelo clã familiar, residiam na fazenda principal ou em vilas, deixando as demais propriedades a cargo de administradores e escravos” (RITTER, 1980).

A criação de gado tornou-se bastante rentável, pois, na região de Minas Gerais, para a exploração do ouro, onde estava a maior concentração populacional da colônia brasileira no período, nada se produzia, necessitando do afluxo de alimentos das várias regiões do Brasil. O transporte de quaisquer bens para a região mineradora só seria possível no lombo de muares e, os animais do Rio Grande do Sul seriam amplamente utilizados e foi, por muito tempo, a única região que tinha autorização do governo português para criar esses animais.

> “No extremo sul também havia uma importante área de criação de muares, que de imediato estes animais poderiam ser utilizados como meio de transporte nas minas recém descobertas de Goiás e Minas Gerais. O tráfico de gado e tropas de muares tornou-se a base do povoamento mais expressivo do Paraná, integrando-o economicamente ao comércio interno” (RITTER, 1980).

De acordo com essa demanda, e por grande influência dos sesmeiros dos Campos Gerais, foi criado um caminho para levar mulas e gado do Rio Grande do Sul até São Paulo (Sorocaba). Em Sorocaba eram realizadas as feiras para venda dos animais e de outros produtos. “O capitão-general de São Paulo, Antonio Caldeira Pimentel, em finais da década de 1720 determinou a abertura de um caminho que ligasse os campos de Viamão aos de Curitiba e que proporcionasse a subida das tropas de gado” (TIBAGI MONTANTE: 2016). Em meados de 1731 o caminho já estava concluído.

> “Esta longa viagem inaugurou a Era do Tropeirismo, trazendo consigo não apenas o surgimento de agrupamentos humanos permanentes, (...) mas, especialmente, uma forte cultura e maneira de viver que permaneceriam gravados tanto na geografia quanto na memória e na história da região” (SANTA BRANCA: 2013).

Este importante caminho teve várias denominações: Caminho do Viamão, Estrada de Sorocaba, Estrada das Tropas, Estrada da Mata ou, ainda, Estrada do Sertão. “O nome Viamão deve-se ao fato de que em chegando os curitibanos no alto da serra da Vacaria, vindos do norte, de lá divisavam os rios da planície, que tinham o formato de uma mão aberta. Daí a denominação Viamão” (TRAMUJANAS NETO: 1989 apud GOMES: 2007).

Antes, na região das minas, as cargas eram transportadas nas costas de escravos de origem africana, índios e mestiços assalariados. As mercadorias só passaram a ser carregadas nos lombos de mulas (animal mais resistente para esta atividade) quando a região sul passou a fornecê-las para São Paulo. Após a organização deste caminho foram instituídos vários registros para a cobrança dos impostos, um deles, na margem do rio Iguaçu.

A partir de 1731, com a abertura do caminho do Viamão, não foram apenas mulas e gado que passaram a ser transportados, mas também mercadorias diversas e um importante intercâmbio cultural entre as regiões. "(...) os Campos Gerais, área intermediária entre São Paulo e o Rio Grande do Sul, foi beneficiado pela criação de gado e a circulação de tropas, atividade cada vez mais lucrativa, acelerando o comércio e o povoamento" (RITTER, 1980). Assim, o tropeiro, além de vender os animais em Sorocaba, acabava por transportar e também negociar outros produtos, além de fazer intercâmbio de informações entre as regiões (FRASSON & GOMES: 2010).

Faz-se necessário lembrar que até 1853 o Paraná era a quinta comarca da Província de São Paulo e que por isso, o caminho do Viamão, além de ser importante para a circulação de mercadorias e animais também possuía função militar. "As tropas militares seguiam por esse caminho, deslocando-se de São Paulo ao sul da América Latina, seguindo até às regiões do Rio da Prata, a fim de agir defensivamente às incursões espanholas nos espaços ocupados por portugueses" (FITZ, 2013).

Nesta nova dinâmica econômica e social surgiram "agrupamentos humanos permanentes – muitos dos quais se tornariam pontos de passagem, vilas e cidades onde eram realizadas prestações de serviços, cultos religiosos e comercializações de produtos agropecuários" (TIBAGI MONTANTE: 2016). A população paranaense, inserida nesse contexto, ocupou vastas regiões apropriadas para atender as tropas. Assim, "a atividade pastoril favoreceu a abertura de caminhos e a concentração de populações em determinados locais – os pousos – da mesma forma que as lavouras, para abastecimento dos viajantes, deram origem aos sítios estabelecidos à beira da estrada onde circulavam as tropas" (RITTER; 1980).

Nos pousos os tropeiros podiam descansar, invernar o gado e abastecer-se para a fase final da viagem. Sendo que com o tempo, muitas fazendas acabaram dedicando-se mais especificamente às invernadas.

Com a presença dos tropeiros que chegavam a ficar longos períodos, atividades como o comércio e a agricultura foram tendo maior destaque.

> "(...) a constante circulação de tropas motivou a formação de sítios, não só pela valorização econômica das terras como devido ao desenvolvimento do comércio. Em geral, menores que as fazendas, configuravam unidades produtoras em pequena escala, situando-se próximos aos povoados e pontos de maior circulação. Produziam principalmente milho e feijão, às vezes tinham alguns escravos e gado, geralmente em menor quantidade do que nas fazendas" (RITTER: 1980).

A vida nas fazendas e ao longo do caminho de tropas nos Campos Gerais

Como comentamos, muitas das fazendas estabelecidas nos Campos Gerais eram sesmarias concedidas a homens ricos de São Paulo que, como expansão da atividade que ocorria nos campos de Curitiba, também passaram a dedicar-se a criação de gado. Porém, muitos não residiam na região, "os proprietários quase sempre eram absenteístas e suas terras eram administradas por seus prepostos – os fazendeiros – que representavam uma posição social intermediária, em ascensão" (RITTER: 1980).

Os fazendeiros eram os administradores, não os donos da propriedade, muitas vezes membros da própria família do sesmeiro. Eram pagos com "a quarta parte das crias, pouco a pouco formavam seu patrimônio. Apossavam- se de terras próximas às fazendas ou arrendavam-nas do proprietário da sesmaria" (RITTER: 1980).

Além do fazendeiro administrador havia diversos agregados. Estes eram homens juridicamente livres, mas subordinados à classe senhorial. Eram feitores, capatazes, capangas e formavam uma rudimentar clientela dos grandes proprietários de terra. Tinham pequenos sítios, que muitas vezes eram arrendados do próprio proprietário sesmeiro, e como pagamento destinavam uma parte da produção ou pagavam um tributo sobre a terra. Havia ainda aqueles que comercializavam os produtos das fazendas e, por isso, foram chamados de "assistentes". "Em seus sítios desenvolviam a lavoura de subsistência, às vezes possuíam umas poucas cabeças de gado e alguns escravos" (RITTER: 1980).

No modelo de vida estabelecido, “as famílias fazendeiras criaram uma economia quase autárquica, acentuaram suas relações patriarcais, lutaram sozinhas contra os bugres que invadiam suas terras e incendiavam seus paióis”(BALHANA: 1969). Além disso, estavam baseadas na relação senhor- escravo, sendo este de origem africana ou indígena. Os escravos realizavam todas as atividades associadas aos animais da propriedade, enquanto que as escravas o trabalho doméstico. Em várias fazendas dos Campos Gerais encontraram-se registros de que escravos atuavam como capatazes e até administradores, ocupando a função do fazendeiro.

O uso da mão-de-obra escrava foi importante durante todo o processo de fixação e expansão da atividade criatória e as associadas ao transporte de gado e mulas para São Paulo. Segundo Melo, “ocorreu um forte processo de crescimento do contingente escravo no Paraná, sobretudo em fins do século XVIII e começo do seguinte” (MELO:2004). Conforme o Paraná integrava-se ao mercado interno crescia a necessidade da mão-de-obra escrava. Nesse mesmo caminho de análise, Gutiérrez nos conta que

> “Inicialmente, no século XVII, foi o escravo indígena quem preencheu as necessidades da lavoura e da mineração, e ele mesmo foi capturado como mercadoria para venda em outras regiões. Mas nas primeiras décadas do século XVIII, com a consolidação da pecuária como atividade comercial e a diminuição do índio nas áreas mais próximas, os escravos de origem africana substituíram paulatinamente o indígena” (GUTIÉRREZ:2006).

Os escravos das fazendas dos Campos Gerais provinham, principalmente, do Rio de Janeiro. Muitas vezes eram comercializados pelos próprios tropeiros que além de gado, vendiam escravos por encomenda ou iniciativa própria.

Diferente das regiões que tinham suas economias associadas ao mercado externo, ou seja, com produção em larga escala, como o caso do Nordeste com o açúcar e de Minas Gerais com a mineração, para ampliar os plantéis de escravos, os senhores dos Campos Gerais motivavam o casamento entre seus cativos. Esse fato foi comum como registrou Melo ao analisar os comportamentos e práticas familiares em domicílios escravistas de Castro na primeira metade do século XIX. Assim, “a solução mais ao alcance, portanto, era pôr em prática uma política de incentivo às uniões conjugais tirando proveito da potencial capacidade reprodutiva dos escravos”. Além disso, “os laços matrimoniais entre escravos propenderam a estabilizar as relações sociais no cativeiro. A vivência familiar pacificava as

convivências dentro de um espaço constantemente abalado pelas diferenças culturais entre escravos" (MELLO: 2004). Ela demonstra que este fato variou entre proprietários masculinos, entre viúvas que herdaram as terras de seus maridos e entre solteiros, porém, foi algo recorrente mesmo entre pequenos proprietários, visto o alto valor do escravo.

Oliveira, em sua pesquisa "Trabalho escravo: fortunas escravistas nos Campos Gerais Paranaense (1826-1850)" nos transmite qual era a média de escravos por propriedade, que claro, tem relação com seu tamanho e a atividade desempenhada. Analisando a fortuna de acordo com o censo da cidade de Castro no período referenciado, as pequenas médias fortunas possuíam de 3 a 7 escravos; entre as fortunas médias de 9 a 11 escravos, já nas grandes fortunas cerca de 25 escravos.

Os escravos não eram apenas de origem africana ou crioulos (nascidos no Brasil), pois os índios (coroados e botocudos) também eram escravizados, geralmente "aprisionados nas investidas que os fazendeiros faziam, em represália contra os bugres que lhes assaltavam as fazendas e as tropas (BALHANA: 1969). Eram chamados de "gentios de guerra".

Contudo, como já dissemos acima, não podemos apenas basear as relações entre senhores e escravos. Havia diversos outros grupos sociais relacionados tanto ao trabalho nas fazendas quanto nas vilas que surgiam devido ao caminho das tropas. Tanto que essas atividades trouxeram crescimento populacional para a região entre o final do século XVIII e início do século XIX.

No século XIX as relações vão além das grandes propriedades e mesmo essas passaram a modificar-se, pois

> Se, no início da criação das fazendas, os proprietários eram absenteístas – deixando suas terras sob administração de um capataz – no decorrer do século XIX, quando a pecuária já possuía uma valiosa força econômica e política, grande parte residia em sua própria fazenda, cuidando e dirigindo seus negócios" (SANTA BRANCA:2013).

Nesse período, as fazendas totalmente integradas ao processo de criação, transporte e venda de animais em Sorocaba possuíam estrutura mais complexa com inúmeras construções e instalações, como: cercados, currais, açudes, casa do proprietário e senzalas. A produção de alimentos era exclusiva para a subsistência e eram cultivados

milho, feijão, arroz, mandioca e trigo. A carne era a de porco, pois o gado era produto para comercialização (GOMES: 2007).

As fazendas de criação e de invernadas possuíam “obstáculos naturais ou construídos destinados a guardar os cavalos, muares e bovinos, durante certo período, para que repousassem e se restaurassem das desgastantes viagens proporcionando engorda nas criações advindas do sul” (GOMES: 2007).

Devido às longas viagens os Campos Gerais eram região estratégica para o descanso e engorda dos animais. Nas fazendas dedicadas a esse fim “o fazendeiro oferecia as terras, o trato dos animais como fornecimento de sal e, ainda, a condução da tropa para a feira de Sorocaba por peões e capatazes da própria fazenda” (TIBAGI MONTANTE: 2016).

As atividades eram sazonais como afirma Gutiérrez,

> “As estações do ano exerciam influência quanto a definir os meses de maior afluência de gado a Sorocaba. Os muares sulinos afluíam em maior número nos meses de outono, entre março e junho, após engorda nos campos do Paraná durante a estação chuvosa (primavera-verão), na qual os pastos reverdeciam. Os bovinos das fazendas paranaenses chegavam em maior número a Sorocaba um pouco antes, entre novembro e janeiro. Os tropeiros do Paraná que negociavam com o gado sulino dirigiam-se para o sul, em companhia de camaradas e escravos, provavelmente no início da primavera (setembro); em novembro ou dezembro já se encontravam com suas tropas no Paraná, e nos meses finais do verão e durante o outono seguiam para Sorocaba, em tempo de vender os animais para as colheitas do açúcar e do café em São Paulo” (KLEIN apud GUTIÉRREZ: 2006).

Viajantes europeus que passaram pela região no século XIX, como Saint-Hilaire, registraram a vida nessas fazendas e podemos conhecer sobre esse cotidiano através de seus relatos. Por exemplo:

> “Os meninos aprendem desde a mais tenra idade a atirar o laço, a formar o rodeio e a correr atrás dos cavalos e dos bois. Vi alguns que não tinham mais do que três ou quatro anos e já sabiam girar o laço acima da cabeça e lançá-lo com grande destreza. Ali não se cuida de outra coisa senão da criação de gado e é extrema a ignorância de todos; o homem que sabe ler e escrever é considerado muito instruído” (SAINT-HILAIRE: 1978).

Distribuir sal ao gado era uma atividade importante e divulgada pelas fazendas que ofereciam seus espaços para a invernagem. Ainda nas palavras do viajante francês, sobre o costume de dar sal ao gado,

> “é de fato necessário dar sal ao gado se se quiser conservá-lo em bom estado de saúde (...). Em algumas fazendas a distrubuição é feita de dois em dois meses; em outras apenas quatro vezes ao ano. (...) Para reunir os animais à hora da distribuição, os vaqueiros galopam pelos campos gritando, toma, toma, o gado responde soltando mugidos e acorrendo de todos os lados”.

Com o crescimento econômico os fazendeiros também se tornaram tropeiros e a riqueza que a atividade gerou passou a ser perceptível na mudança de vida da própria população das fazendas: Segundo Machado (1962 apud TIBAGI MONTANTE, 2016 p.60),

> “A transformação dos fazendeiros em tropeiros e das fazendas de criatório em áreas de invernada foi acompanhada pela ampliação monetária, pelo desenvolvimento do comércio contrário à autosuficiência das fazendas e, principalmente, pelo predomínio econômico das cidades”.

No século XIX muitas propriedades já não eram sesmarias, devido as várias transações de terras. E os chefes das grandes famílias fazendeiras tornaram-se, com a independência do Brasil, em 1822, importantes chefes políticos na região dos Campos Gerais (GOMES: 2007).

Hoje, como patrimônio material desse período, há trinta e quatro sedes de fazendas conservadas na região, divididas entre Palmeira, Ponta Grossa, Castro, Carambeí, Tibagi e Lapa. Além de que o ir e vir dos tropeiros também ficou registrado na paisagem com a construção de muros de pedra divisionais que separavam a fazenda da estrada. Seus resquícios ainda podem ser percebidos na região “da Capela Nossa Senhora das Neves, em Palmeira; na fazenda Butuguara, em São Luiz do Purunã; na fazenda Capão Grande, em Ponta Grossa; entre outras” (GOMES: 2007).

Os Tropeiros

Com o vai e vém das tropas pelo Caminho do Viamão vimos que surgiram diversas propriedades e atividades associadas para atendê-las. Porém, quem era o tropeiro que circulava pela região paranaense que possibilitou a organização de vários municípios próximos ao rio Tibagi? Segundo Frasson e Gomes “o tropeiro além de sua atividade normal de conduzir as tropas, era um comerciante, pois no transcorrer de sua jornada, comprava e vendia animais e outras mercadorias (...)” (FRASSON & GOMES: 2010).

Os mesmos autores também afirmam que além do transporte de muares e gado foram responsáveis por levar “alimentos, ferramentas, utensílios domésticos, roupas e toda sorte de objetos de uso pessoal, de povoados que se instalavam nos sertões dos estados por eles cortados” (FRASSON & GOMES: 2010). Por isso, colaboraram para uma integração não só comercial, mas, principalmente, cultural entre as diversas localidades por onde passavam. A exemplo disso há os diversos causos que ainda é possível constatar entre a população de alguns municípios paranaenses, ou até mesmo em um linguajar popular. Como exemplos os autores citam e dão o seu real significado:

Dar com os burros n’água – Sofrer um revés. Situação em que o tropeiro deparava-se com o rio cheio e não era conveniente transpô-lo, sob grande risco de perder muitos animais, tendo portanto, que esperar um tempo para fazer a travessia com melhores condições, ou encarar o risco.

Cor de burro quando foge – Refere-se a um tom da cor marrom que lembra o couro desbotado pela exposição às intempéries. Essa expressão, segundo relatos, originalmente era: “cor de burro com alforje”, que eram sacos de couro com abertura no meio, colocado sobre o lombo dos animais, equilibrando o peso das mercadorias, igualmente para os dois lados.

Empacar – O muar, que tem uma capacidade de percepção muito aguçada, ao perceber qualquer perigo ou situação desfavorável, pára. E só prossegue se lhe convier.

Forte pra burro – Referência à capacidade de carga e resistência do muar.

Enfiar o pé na ja–ca - Referência a uma situação vexatória, uma tremenda gafe. Originalmente a expressão referia-se ao tropeiro, que passando por um povoado, deixava-se ficar em uma venda, embriagando-se. Ao montar sua mula para prosseguir viagem, tendo perdido sua habilidade com a embriaguez, ao tentar colocar o pé direito no estribo, enfiava o pé no jacá, que era o cesto de transportar mercadorias (FRASSON & GOMES: 2010).

Nesse contexto, Fitz em seu estudo sobre o tropeirismo no Paraná afirma que os tropeiros foram “grandes colaboradores na construção de uma identidade e repertório patrimonial” (FITZ:2013). Sem falar da influência em outras questões culturais como a alimentação.

Nas tropas cada componente tinha uma função específica: o proprietário era o tropeiro chefe, o condutor; o camarada realizava a ligação entre o dono da tropa e os fazendeiros; havia ainda o cozinheiro e o aprendiz (FITZ:2013). Os peões eram responsáveis por todas as tarefas árduas, e ainda havia tocadores, castradores, entre outros.

Quando as tropas chegavam na região dos Campos Gerais o que procuravam eram um local para pernoitar e que tivesse pastos para os seu gado vacum, muar e cavalgar. “Ao final de cada dia de jornada paravam nos pontos de pouso, já demarcados e, em volta da fogueira, os tropeiros se reuniam para se alimentar, descansar e esperar a noite passar, tomando café tropeiro, contando os “causos”, histórias e lendas” (FITZ: 2013).

A mesma autora também afirma que

> “a fé, a devoção sempre foram características marcantes dos tropeiros. Da religiosidade vivida intensamente pela maioria dos componentes das tropas originou-se histórias como as das aparições da Virgem Maria, do monge João Maria, essas e outras histórias de fé eram contadas e recontadas ao redor de fogueiras ou durante os longos percursos das viagens” (FITZ:2013).

Fim do Tropeirismo

O comércio de gado e mulas teve seu apogeu entre 1840 e 1860. Com o crescimento das atividades na segunda metade do século XIX muitas famílias passaram a residir nas cidades, estando as fazendas dedicadas principalmente á invernagem nas mãos dos capatazes. E como o comércio das cidades crescia sobre a antiga economia autossuficiente das fazendas, diminuía o número de escravos que eram vendidos para famílias paulistas, depois do fim do tráfico negreiro em 1850 (BALHANA: 1969).

No século XIX a base de vida voltada para a criação e invernagem do gado e a assistência aos tropeiros expandiu-se para os Campos de Guarapuava. Embora a região para a criação de animais tenha mudado, ainda assim a estrada para se chegar a Sorocaba continuava a passar pelos Campos Gerais.

Porém, o que realmente levou ao declínio da atividade campeira foi principalmente a construção das estradas de ferro no final do século XIX.

> “Entre 1886 e 1897 a expansão ferroviária é enorme. O avanço da ferrovia e a marcha do café para o oeste fizeram declinar o comércio de mulas. O comércio em Sorocaba funciona até 1897. Esse coincide com o evento de uma epidemia de febre amarela. A feira muda-se para Itapetininga, a qual resiste até década de 1930, mas a

> condução de tropas para São Paulo persiste com caráter residual até a década de 1950" (GOMES: 2007).

Essa transformação levou aos poucos a desagregação do campo como principal fonte de vida na região, levando ao crescimento do poder urbano.

No período do tropeirismo Castro foi a principal região urbana, ainda fundada como vila no final do século XVIII, devido a sua localização próxima do rio Iapó, um dos afluentes do Tibagi. As outras diversas pequenas freguesias, que depois se tornaram vilas e cidades inicialmente estavam associadas a este município. Por isso, grande parte da memória da região ligada ao Tropeirismo está presente nesta cidade que conta traços de um passado comum desde Palmeira (onde está a nascente do Tibagi) até a região que hoje possui o mesmo nome do rio.

Expansão do Sertão do Tibagi

Passadas as expedições militares do século XVIII para o reconhecimento do "Sertão do Tibagi", no século XIX o território ainda foi alvo de expedições que buscavam uma rota terrestre para o Mato Grosso.

Pela historiografia tradicional o território compreendido entre os rios Itararé, Tibagi e Paranapanema ficou conhecido como Norte Pioneiro e foi, na busca por um caminho terrestre-fluvial para chegar-se ao Mato Grosso que a ocupação do território seguiu o curso do Tibagi resultando na formação de duas colônias às suas margens: uma militar e outra indígena.

João da Silva Machado, o Barão de Antonina, foi um dos grandes entusiastas para a abertura deste caminho. Financiou as expedições para a região na busca de uma passagem para o Mato Grosso e, claro que nesse processo, foi expandindo os seus próprios domínios. Esperava abrir uma estrada que ligasse o litoral ao Mato Grosso percorrendo diversos rios, entre eles o Tibagi.

Assim, em uma expedição organizada por João da Silva Machado e comandada pelo sertanista Joaquim Francisco Lopes, partiram "dos fundos do Campo da Lagoa e por uma picada já anteriormente explorada, foram sair num ponto onde o Tibagi já dava navegabilidade. Era o local onde o arroio Jataí fazia barra com o Tibagi" (WACHOWICZ:

1987). Conseguiram estabelecer uma rota pela rede fluvial entre os rios Tibagi e Paranapanema.

Para a abertura deste caminho via rios Tibagi e Paranapanema decidiu- se que eram necessários:

> "a) a fundação nas margens do Tibagi de uma colônia militar. Esta seria ao mesmo tempo agrícola e militar;
> 1.β) nas margens dos rios Tibagi e Paranapanema seriam criados de sete a oito aldeamentos com índios, que seriam atraídos para a civilização, deixando desta forma de serem uma ameaça a navegação;
> 1.χ) a segurança dos aldeamentos e da navegação emanaria dessa colônia militar". (WACHOWICZ: 1987)

Outro interesse relacionado a organização de aldeamentos indígenas seria para que fossem também utilizados como pontos de apoio para a navegação. Desse modo, foram trazidos índios caiuá, do Mato Grosso, da nação tupi-guarani, para as margens do rio Tibagi.

O Barão de Antonina, com esta proposta, "conseguiu na corte do Rio de Janeiro a criação de uma colônia militar nas margens do rio Tibagi" (WACHOWICZ: 2001). Assim, foram organizados na margem esquerda do rio o aldeamento de São Pedro de Alcântara e a Colônia Militar Nossa Senhora da Conceição do Jataí na outra margem, em 1855. Esta "deveria transformar-se num centro agro militar que daria apoio operacional e de subsistência aos transportes de tropas, comboios militares e expedições de comerciantes (...)" (WACHOVICZ: 1987)

Os colonos que foram levados para viver na colônia militar eram de São Paulo, Paraná e alguns de outros estados. Foram recrutados pelo Barão de Antonina que "dava preferência a indivíduos da roça, morigerados, casados e com quantos mais filhos melhor. Julgava o barão que essas eram as melhores qualidades (...)" (WACHOVICZ: 1987).

Para se chegar ao Mato Grosso havia uma estrada mais antiga pelo interior de São Paulo, porém era longa e possuía alguns trajetos difíceis. A intenção do Barão de Antonina era que a estrada que passava pelo Paraná fosse a principal para chegar até aquela região. Contudo, "nunca houve por parte das autoridades imperiais a decisão política de melhorar definitivamente este caminho. "A colônia militar do Jataí e os aldeamentos indígenas surgidos no seu trajeto, simplesmente passaram a vegetar. Seu desenvolvimento dependia

de uma decisão política de investir nesse caminho" (WACHOVICZ: 1987). A parte terrestre da estrada chegou apenas até os Campos Gerais.

Esses núcleos desempenharam importante papel durante a Guerra do Paraguai (1864-1870), pois facilitaram a subsistência dos soldados que para lá se deslocavam. "Após a Guerra do Paraguai, o plano de ligar o Mato Grosso com o mar pelo território paranaense foi abandonado. Em consequência, a colônia do Jataí não teve o progresso desejado (WACHOVICZ:2001). Hoje a antiga colônia militar constitui-se no município de Jataizinho, que foi elevada a condição de município em 1943.

Além disso, a atividade comercial com o Mato Grosso não se desenvolveu na região como esperado pelo barão. No caso da Colônia Militar do Jataí, para os recrutados, depois de três anos, deveriam receber terreno na região. Porém, passado o prazo, não tiveram as terras ofertadas. Acabaram sendo reengajados.

Em 1858 índios kaingang chegaram à região, trazendo medo aos índios do aldeamento de São Pedro de Alcântara, pois historicamente eram inimigos. Ao ser enviado um intérprete, esses disseram que desejavam aldear-se. Eram índios da região de Guarapuava que, quando da ocupação da região, já tinham tido contato com o homem branco. Tanto o frei responsável pelo aldeamento São Pedro de Alcântara, quanto o diretor da Colônia Militar, recomendaram aldeá-los na fazenda São Jerônimo, que pertencia ao Barão de Antonina. Esta era um centro de abastecimento entre Castro e Jataí. Em 1859 a fazenda foi transferida para o governo, e os kaingang foram aldeados na região.

Outro missionário foi enviado para a fazenda para a administração, pois ainda na organização de aldeamentos indígenas dava-se preferência a autoridade religiosa em detrimento da civil que não era aceita pelos indígenas (WACHOVICZ: 1987). Luis de Cemitile, responsável pelo aldeamento, acabou organizando um núcleo populacional misto com os kaingang, que não permaneceram muito tempo na região, e famílias que conseguiu atrair para lá. Embora não vivessem presos à região, os kaingang seguiam para lá sempre na época da colheita do pinhão.

No início do período republicano, a região foi negligenciada, sendo o território do aldeamento de São Jerônimo ocupado por posseiros. Os índios perderam o território de direito que havia sido destinado como aldeamento e, em 1920, o governo do Paraná criou o município de São Jerônimo da Serra. Em 1945, um acordo entre o governo estadual e o

federal criou o Posto Indígena Barão de Antonina. Os índios kaingang ficaram com 14% da área original da Fazenda São Jerônimo.

As três localidades representam o início da ocupação da região mais ao norte do Paraná.

Imigração

Desde a chegada da família real ao Brasil, em 1808, passou-se a incentivar a imigração europeia para ocupação do espaço. Após a emancipação política do Paraná, em 1853, o governo paranaense buscou atrair imigrantes com o objetivo de uma agricultura de abastecimento através da criação de colônias agrícolas próximas dos núcleos urbanos. Esse fato intensificou-se com a queda do ganho das fazendas de gado e de invernagem.

Segundo Nadalin a imigração europeia inseria-se em uma nova racionalidade: a ética do trabalho. Além disso, havia o discurso por parte do governo brasileiro da necessidade de ocupar os "vazios populacionais". Assim, "(...) eram bem-vindos os imigrantes europeus de origem camponesa, que se radicassem em pequenas propriedades, organizadas a partir do labor familiar e sem escravos" (NADALIN: 2001). Essa nova postura nacional vinha de encontro à realidade vivida na Europa em meados da segunda metade do século XIX, na qual as transformações industriais que muitos países passavam conduzia muitas famílias ao êxodo rural e à proletarização.

Nesse contexto, "por delegação do governo central, desde 1850 as autoridades provinciais – e muito em especial aqui no sul – eram parte diretamente interessada no assunto colonização" (NADALIN: 2001). Quando a política de imigração ampliou-se no Brasil, fazia pouco tempo que o Paraná havia conquistado sua emancipação política e os governos viam na ocupação territorial um modo de garantir o espaço político. "A proposta traduzia-se numa receita para o progresso, via introdução do imigrante branco, livre, pacífico e trabalhador, capaz de ajudar a apurar e "tonificar" – leia-se branquear – tanto a raça brasileira como o trabalho" (NADALIN: 2001).

O momento era propício no caso dos Campos Gerais, pois, com a queda do tropeirismo houve a desagregação da família fazendeira que se dispersou. Os

descendentes seguem para as cidades, ou para outros estados. Abria-se caminho para o imigrante (BALHANA, 1969).

No Paraná, a primeira experiência ocorreu em 1829, por iniciativa do Barão de Antonina que com interesses de controlar os índios coroados (kaingang) organizou às margens do Rio Negro uma colônia de alemães. Porém, foi "principalmente com a administração de Adolpho Lamenha Lins que o programa governamental foi dinamizado, com a localização de colônias agrícolas nas proximidades de centros urbanos, com o objetivo de colocá-los junto aos mercados consumidores" (BALHANA: 1969).

Com experiências satisfatórias principalmente nos arredores de Curitiba, "estimularam a extensão do programa ao litoral e aos Campos Gerais" (NADALIN: 2001). Uma comissão russa veio ao Brasil, vistoriou a região dos Campos Gerais e escolheram Ponta Grossa, Palmeira e Lapa para o estabelecimento de suas colônias.

Assim, em 1877 chegavam os primeiros imigrantes em Ponta Grossa. Conhecidos como alemães do Volga (sul da Rússia) eram assim chamados porque de origem alemã estavam habitando colônias às margens do Volga, na Rússia. Decidiram migrar quando viram-se obrigados a prestar serviço militar para a guerra entre russos e turcos.

Contudo, "as terras compradas pelo governo a fim de instalar os novos colonos foram, via de regra, antigas fazendas, e não constituíam um bloco único. Assim, cada uma das colônias estabelecidas nos três municípios, era composta por vários núcleos coloniais, e, por vezes, bastante dispersos uns dos outros" (BALHANA, 1969).

Esta primeira experiência não rendeu o esperado tanto para os imigrantes, quanto para o governo do Paraná. Muitos acabaram abandonando as colônias, sendo que cerca de 50% dos que haviam vindo ao Brasil permaneceram na região. A produção nas colônias mal dava para o sustento dos próprios colonos. Muitos acabaram indo se ocupar de outras atividades. Em 1879 "aparecem russos-alemães ocupados nos serviços de transporte" (BALHANA; 1969). Empregaram-se na condução de carroças, principalmente no transporte da erva-mate. Também foram empregados nos trabalhos de construção e reparo de estradas.

Esse fato levou ao fim a primeira fase da imigração no Paraná. Com o fim desta primeira fase realizada principalmente com recursos públicos, "seguiu-se o estímulo para a organização de iniciativas privadas para a colonização, muitas estimuladas pela

necessidade de mão-de-obra para a construção de estradas de ferro e linhas telegráficas no final do século XIX" (NADALIN: 2001).

As terras abandonadas foram, posteriormente, ocupadas por imigrantes de outras etnias como os poloneses, que chegaram à região dos Campos Gerais no final da década de 1870. Contudo, "a partir de 1900, o estado do Paraná passou a receber imigrantes de forma espontânea, e não mais por meio de contratos entre o governo brasileiro e os países europeus (KUBASKI: 2015).

Assim, no início do século XX surgiram novas tentativas de promover a colonização através da iniciativa privada. Um dos casos mais bem sucedidos foi o da colônia holandesa de Carambeí.

Com a queda do ciclo do tropeirismo as terras da fazenda Carambeí acabaram vendidas e incorporadas à Brazil Railway Company. Seu plano inicial era a implantação na região entre Castro e Ponta Grossa de um núcleo de imigrantes alemães. Contudo, mesmo com a administração da empresa a colônia não deu certo e apenas uma família permaneceu no local.

Em 1911 famílias de holandeses, vindas de Irati, onde havia uma colônia multiétnica, seguiram para as antigas terras da fazenda Carambeí. Ali se dedicaram à rotação de cultura, criação de gado, principalmente de vacas. As famílias estabelecidas ali se organizaram em cooperativas e a produção de laticínios foi o foco principal. Já em 1925 foi criada a firma "De Geus e Cia", o embrião da cooperativa Batavo. A divulgação do sucesso da colônia na Europa trouxe novas famílias de holandeses, além de alemães, italianos e ucranianos.

No período pós Segunda Guerra Mundial com a introdução de melhorias tecnológicas na agricultura e pecuária os habitantes de Carambeí também passaram a dedicar-se a produção de alimentos para animais, à criação de aves de corte e, sobretudo, à suinocultura.

Outro exemplo de imigração bem sucedida às margens do rio Tibagi foi a colônia japonesa de Assaí. Em 1922 veio ao Brasil uma missão japonesa para a formação de colônias no país. Fundaram a Cia de Terras Sul América e, em 1936, já dispunham de um núcleo que foi chamado de Uraí. Aqui se dedicaram a produção de rami para a indústria japonesa. "Em maio de 1932, um grupo de japoneses, liderados por Miyuki Saito, partiu de

Jataizinho e embrenhou-se pelo interior da fazenda Três Barras (...). Mais tarde, já melhor organizados, transferiram a sede da colonização dando origem à atual Assaí" (WACHOWICZ: 1987). Assaí foi a maior colônia japonesa na região do chamado Norte Pioneiro.

Entre as experiências mais recentes nos Campos Gerais podemos citar a colônia alemã Terra Nova, em Castro, a partir da década de 1930, a colônia de alemães menonitas Witmarsum, em Palmeira que chegaram à região em 1951 e Castrolanda, também na década de 1950, em Castro. A exemplo de Carambeí estão organizadas em cooperativas e tem sua atividade ligada a produção de laticínios e à industrialização.

Assim, os imigrantes de diversas etnias como alemães, poloneses, ucranianos, italianos, holandeses e japoneses vieram ocupar as terras associadas ao rio Tibagi. No momento em que a economia do Paraná dinamizava-se, acabaram atuando em atividades ligadas à agricultura, ao comércio e à indústria.

A expansão rumo ao Norte

Os primeiros territórios ocupados no norte do Paraná foram de realização de mineiros e paulistas. "A partir da década de 1860, penetrando pelos cursos superior e médio do Itararé, fazendeiros paulistas e mineiros, iniciaram plantações de café e a formação de fazendas no norte paranaense" (BALHANA; 1969). Essa expansão que deu origem a diversos municípios do chamado Norte Pioneiro ocorria além da margem direita do rio Tibagi. Segundo Balhana, essa expansão caracteriza-se

> "pela ocupação espontânea dos fazendeiros que, como empresa privada, individual, estabeleciam suas fazendas em terras adquiridas ao Estado do Paraná, a antigos posseiros, ou a concessionárias na região. Esta ocupação estende-se até as margens do rio Tibagi e completa-se no decênio de 1920" (BALHANA, 1969).

Contudo, a colonização dirigida por empresas privadas ocorreu na margem esquerda do Rio Tibagi, que interessadas na fertilidade do território adquiriram terras, dando origem a ocupação do território, no que também é conhecido como Norte Novo.

As primeiras empresas que receberam essa concessão em meados de 1916 foram Corain e Cia, que tinha como sede a cidade Primeiro de Maio, e Leopoldo de Paula Vieira

que se estabeleceu em Sertanópolis, com 50 mil hectares. Lotearam suas concessões em chácaras, sítios e pequenas fazendas (CARDOSO & WESTPHALEN: 1986).

Porém, a maior dessas concessões foi "realizada, por meio de venda, em 1927, feita pelo Governo do Estado, de terras consideradas devolutas, à Paraná Plantations Limited, com sede em Londres, companhia inglesa que passava como outras já o faziam, a operar no Brasil também com negócios de terra e colonização" (BALHANA: 1969). Lord Lovat, representante da empresa, de passagem pela região, notou que as melhores terras rôxas ficavam entre os rios Paranapanema, Tibagi e Ivaí, o que justificava a aquisição. "Tibagi e Pirapó foram as primeiras zonas abertas, situadas que estavam nas proximidades do escritório da Companhia em Londrina (...). Sua iniciativa e de outras Companhias colonizadoras particulares fazia densamente povoar a região, com base na cafeicultura" (CARDOSO & WESTPHALEN: 1986).

O sucesso da empresa inglesa na colonização do norte do Paraná foi dotar a região de boas estradas e de ligação com os centros urbanos. Atraíam os compradores com "intensa propaganda acerca do norte do Paraná e das condições de colonização" (BALHANA: 1969). O principal alvo da propaganda era São Paulo, buscando assim ocupar a região com colonos nacionais. O pagamento dos lotes era de até quatro anos e, além disso, a companhia prestava transporte e assistência para a instalação dos colonos. "No início da década de 1950, quase 400 mil alqueires haviam sido vendidos, totalizando 26 mil lotes rurais" (DENISSON: 2001).

O resultado foi a povoação densa da região. "Os povoadores recém- chegados eram, sobretudo, paulistas, mineiros e nordestinos, colonos estrangeiros de várias nacionalidades e procedência" (BALHANA: 1969). Assim,

> "sabemos que a população do Paraná quase dobrou de tamanho entre 1940 e 1950, passando de 1.236.276 de habitantes para 2.115.547. Entre 1950 e 1960, dobrou de novo, atingindo 4.248.239. O ritmo do crescimento será mantido até o ano de 1970, quando se atingiu 6.929.868 habitantes. Boa parte desses índices deriva precisamente da ocupação, baseada na pequena e média propriedade, da região Norte do Estado" (DENISSON: 2001).

Outro fator que ajudou no interesse das terras do Paraná foi de que no estado não havia cotas para a produção de café, o que ocorria em São Paulo e Minas Gerais no período em que se produzia mais do que o mercado externo comprava. Além da produção,

“atividades de suporte à cafeicultura, em particular no que diz respeito à comercialização, beneficiamento e transporte do produto (...), levaram ao surgimento de várias cidades importantes no Norte do Paraná” (DENISSON: 2001). Assim, o estado viveu entre 1940 e 1950 uma intensa proliferação de novos centros urbanos, todos relacionados a produção cafeeira e a seu beneficiamento.

A região tornou-se a maior produtora de café até 1960, porém a qualidade era inferior quando comparada a produzida nos outros estados. Com a queda nas vendas a partir desta década, tornou-se necessário diversificar a produção, sendo que aos poucos a soja foi tornando-se o principal produto agrícola da região.

O Paraná vivenciou, a partir da década de 1930, uma acelerada ocupação das suas regiões e também das atividades econômicas. Foi também a partir desse período que o governo dedicou-se mais a construção de estradas que pudessem interligar as regiões, principalmente a sua ligação com a capital e o porto de Paranaguá. Por exemplo, o interventor Manoel Ribas investiu na construção da chamada estrada do Cerne, na década de 1930, para ligar Londrina ao litoral. A estrada construída “apenas tangenciou a região do Norte Pioneiro. A estrada passou por Curiúva, São Jerônimo e Jataizinho. Utilizou-se grosso modo do antigo caminho aberto pelo frei Luis de Cemitile, ligando a região de Curiúva com os Campos do Piraí” (WACHOWICZ: 1987).

Além destas ações realizadas no Norte Novo, outras iniciativas, motivadas por interesses também econômicos, ocorreram e deram origem a outros municípios ao longo da bacia do Tibagi. Um exemplo é o da exploração da madeira para a fabricação de celulose e papel, no que acabou originando a cidade de Telêmaco Borba.

Na região do Tibagi uma antiga fazenda ainda do período da sesmarias chamada Monte Alegre tinha sua produção associada a agricultura e criação de gado, como a maioria da região até o final do século XIX. Em 1934 a fazenda foi adquirida pela indústria Klabin que passou a realizar atividades relacionadas à produção de papel na região. Para o trabalho na indústria inúmeras famílias dirigiram-se para trabalhar na região dando origem a dois núcleos populacionais: Harmonia e Cidade Nova. A região pertencia ao município de Tibagi, porém as atividades realizadas e o crescimento das associadas a produção industrial levaram a emancipação do território e a formação do município de Telêmaco Borba em março de 1964.

Considerações finais

Só é possível preservar a memória de uma região se a população conhecer o passado e estabelecer significados com ele. Pensar na memória do Tibagi é trabalhar com espaços, grupos sociais e interesses bastante diversos. Quando buscava a historicidade que acompanha a vida da sociedade que se estabeleceu ao longo do tempo em suas margens e proximidades, pensava no Tibagi como um observador que acompanhou inúmeras situações desde a chegada de portugueses e espanhóis à América, no século XVI.

O Tibagi viu e sentiu a passagem dos viajantes e bandeirantes que exploravam suas terras. Assistiu ao nascimento e a curta existência das reduções jesuíticas que foram organizadas nas suas margens. Na busca pela ocupação do território, analisou como as expedições militares organizavam-se. Presenteou os que se arriscaram a procurar ouro e diamante em suas águas. Sentiu a ocupação do seu território através da formação das fazendas dedicadas a criação de gado e as inúmeras tropas que por ali passaram. Viu os diversos embates entre os kaingangs que habitavam as suas matas e os fazendeiros. Com a modernização e mudança política do país sentiu-se ocupado quase que por completo e também transformado.

O rio Tibagi é patrimônio paisagístico e cultural do Paraná. Ao analisarmos cada um desses fatos históricos percebemos que sempre esteve presente como referência para a ocupação territorial. Cada grupo social ao olhar para esta história estabelecerá uma relação que lhe é própria, mas, o importante é que aja identificação com esse passado para que se reconheça e importância da preservação do rio como patrimônio cultural.

ANTROPOLOGIA

Colônia Cecília

Dentre muitos outros espaços de preservação histórica presentes no sítio Manguinho, em Palmeira, um dos que mais chamou atenção foi aquele feito para transmitir um pouco da memória ligada à Colônia Cecília, a qual teria sido implantada próximo de onde estávamos, também na cidade de Palmeira.

Colônia Cecília é o nome pelo qual ficou conhecida uma experiência de implantação de uma comunidade anarquista nos Campos Gerais por um grupo de italianos por volta 1890, tendo durado até 1894. Liderados por Giovanni Rossi, a comunidade reuniu principalmente imigrantes italianos e, em seu auge, chegou a abrigar 250 habitantes. O líder da empreitada definia a Anarquia como " [...] a verdadeira liberdade, a liberdade plena, completa, do indivíduo, que acabaria com qualquer tipo de autoridade através da manifestação da vontade individual de cada um na coletividade (ROSSI apud Felici1998, p. 6)". Essa verdadeira liberdade, na perspectiva de Rossi, colocaria um fim ao poder burguês e implantaria a destruição do Estado, desta forma a individualidade humana estaria definitivamente livre e anarquicamente associada.

O anarquismo tal como visto por Rossi tinha influências positivistas, de modo que ele via a Colônia Cecília também como um experimento científico. Nele o comportamento humano poderia ser observado tal como se manifestaria ao se desenvolver longe das regras convencionais do individualismo. Na Colônia havia uma casa comunitária, chamada „Casa do Amor", onde deveriam ocorrer as refeições coletivas bem como as reuniões comunais.

Desta experiência, restaram alguns relatos de ex-colonos e seus filhos, além de ensaios de seu fundador, Giovanni Rossi. Além disso, esta experiência pioneira, apesar de curta, rende até hoje muitos estudos e reflexões. Segundo Agotanni (s/d)

> "A Colônia Socialista Cecilia é considerada por muitos estudiosos a matriz dos Movimentos Sociais no país, formada por imigrantes italianos, sendo alguns procedentes de Torricella de Sissa, província de Parma, que haviam participado com Giovanni Rossi da experiência de Cittadellla, onde subscreveram, em 1888, o Atto di Costituzione da Unione Lavoratrice per la Colonizzazione Sociale in Italia. Os integrantes da Colônia Cecilia tinham como objetivo formar um laboratório social, buscando provar a viabilidade da vida nos moldes socialistas não autoritários, tornando-se um episódio comunitário peculiar com práticas tais como: a igualdade entre o homem e a mulher, o amor livre e o trabalho sob sistema de cooperativismo."

Ao longo do período em que esteve ativa a Colônia enfrentou muitos problemas financeiros, a dificuldade em conseguirem cultivar em um solo que não era dos mais

propícios fez com que muitos tivessem que obter trabalhos fora da comunidade para a subsistência da mesma. Tudo que era ganho pelos membros era colocado em uma lata de metal, o fundo comum. Esse objeto é dos que se encontram expostos no espaço do Sítio Minguinho dedicado à Colônia Cecília.

Refletindo sobre o final da Colônia, seu fundador Giovanni Rossi, afirmou

> "Para mim, que participei da colônia, ela não foi um fiasco. Ela se propunha um objetivo de caráter experimental: ver se os homens de hoje são aptos a viver sem leis e sem propriedade privada. (...) A Colônia Cecília mostrou que uma centena de pessoas em condições econômicas muito desfavoráveis, tinha podido viver dois anos, com pequenos contrastes e com recíproca satisfação, sem leis, sem regulamentos, sem chefes e sem códigos, em uma propriedade coletiva, trabalhando espontaneamente em comum.(...) Nós a dissolvemos porque não havia os meios necessários para desenvolvê-la e também porque se estava cansado daquela solidão. Para nós, o experimento tinha sido feito e isso bastava (ROSSI apud Felici, 1998) ."

Tamanho é o entusiasmo de Arnoldo por essa experiência histórica que, além de ter escrito um extenso livro sobre o tema, passou a organizar em seu sítio um simpósio que reúne pesquisadores de todo o Brasil que tratam de alguma forma acerca da Colônia Cecília.

Colônia Witmarsum

A Cooperativa Mista Agropecuária Witmarsum Ltda foi fundada em 28 de outubro de 1952. Conta com algo torno de 310 sócios em Palmeira, Balsa Nova, Ponta Grossa e Porto Amazonas. As marcas do leite e dos queijos por eles produzidos são referências de alto conceito, motivo de orgulho de seus associados. A maior produção ali realizada é a de soja, em 4.200 hectares, média de 2.750 kg/ha; o milho, em 2.300 hectares, atinge a 8.000 kg/ha. Em menor escala há o trigo e outras culturas.

A Colônia Witmarsum teve início no tempo do império, setenta anos após a inviabilidade da colonização russo-alemã nos Campos Gerais. Desenvolvida com planejamento, as famílias da comunidade ocuparam lotes numa área de 7.800 alqueires, a Fazenda Cancela, adquirida de Roberto Glaser com financiamento de uma instituição menonita dos Estados Unidos. Segundo Schwartz (2013)

> Os fundadores da Colônia Witmarsum saíram da Rússia por não aceitaram o comunismo e, inicialmente, se fixaram em Santa Catarina, em 1930. Nome também de um município catarinense, Witmarsum é primeiramente o lugar na Holanda onde

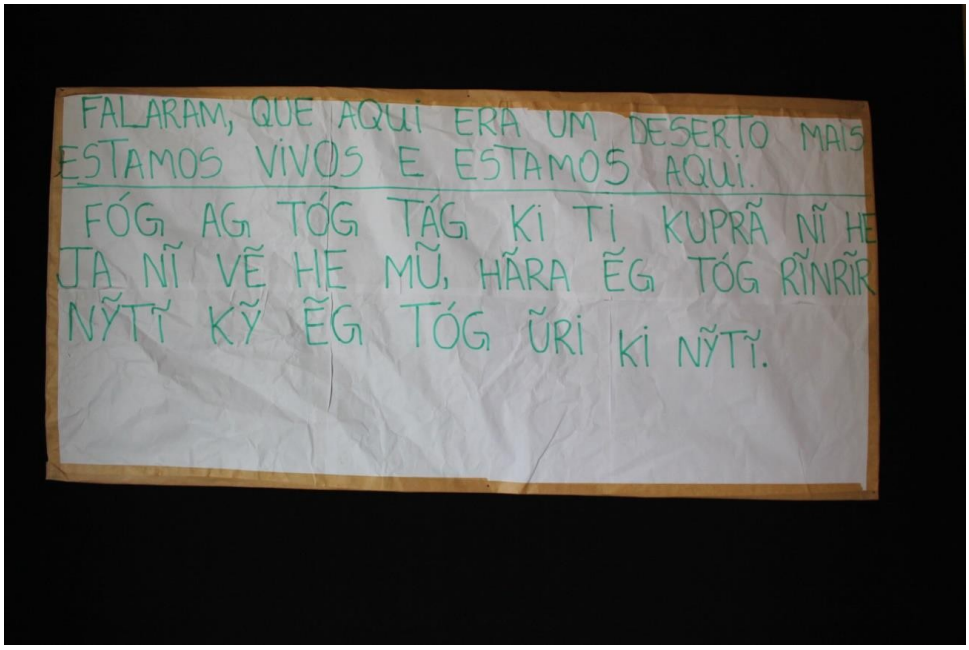
viveu Menno Simonis (1492-1559), iniciador do menonismo, doutrina anabatista cujos seguidores são os menonitas.

Terra Indígena de Apucaraninha

Essa TI (terra indígena) existe desde 5 de julho de 1900, sendo anteriormente chamada de Posto Indígena Xavier da Silva, nome do governador do Paraná que assinou o decreto que instituiu a área. Inicialmente com 80 mil hectares, Apucaraninha conta hoje com somente 5574 mil hectares. Esse fato se deve a um acordo, assinado entre o Estado do Paraná e o SPI (Serviço de Proteção ao Índio) em 1949.

Há muitas gerações esses Kaingangs vem se relacionando com os “brancos” buscando salvaguardar o pouco daquilo que ainda lhes restou em termos de territórios e direitos, a relação deles com os brancos em de um modo geral parece ser marcada por uma certa desconfiança. Um ponto relacionado ao difícil relacionamento entre Kaingangs e “brancos” remete ao Museu de Londrina. Este espaço possui em seu acervo uma coleção de fotos da antropóloga Kimiye Tomasino, que durante muitos anos pesquisou os indígenas do Vale do Tibagi. Essa coleção será doada ao projeto de Memória Kaingang, que visa em um futuro próxima a construção do primeiro espaço de memória em uma terra indígena do sul do país.

Porém, sendo um museu muito bem montado e estruturado, o Museu de Londrina ao propor uma versão do passado da cidade, valoriza os imigrantes e pioneiros praticamente excluindo os povos indígenas dessa narrativa. A única referência à ocupação indígena presente no Museu é um cartaz escrito em Kaingang, fruto de ato político realizado pelos índios. Tal como nos contou Luis Mioto, no dia do lançamento do primeiro filme da equipe de cinema e memória Kaingang - que ocorreu no Museu de Londrina- os indígenas ali presentes decidiram por cobrir com um pano preto e uma frase de protesto um texto que afirmava que a região de Londrina era um vazio demográfico antes da vinda dos “pioneiros” e imigrantes.



Jataizinho

Jataizinho é uma cidade localizada à beira do Tibagi e que fica próxima a cidade de Londrina. Na cidade existem duas ilhas localizadas dentro do Tibagi, onde viver ribeirinhos e trabalham pescadores: a ilha São Luiz e a ilha do Baiano. Essas pessoas tem na pesca uma rotina e cumplicidade no relacionamento com o rio. Na ilha São Luiz, um grupo de moradores trabalha em defea do rio. Essas pessoas pertencem ao Consórcio Para Proteção Ambiental do Rio Tibagi (COPATI), voltado para proteção ambiental e despoluição do Rio Tibagi.

Alem Jataizinho, a população tem uma relação muito próxima ao rio, que ali se configura tanto como área de lazer (nos pontos em que se apresenta seguro para banho) e também como fonte de sustento através da pesca.

BIBLIOGRAFIA

_____, **O Brasil antes dos brasileiros**: a pré-história do nosso país. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2006.

_____, Tecnologia e Estética da Cerâmica Itararé-Taquara no Paraná: dados etno-históricos e o acervo do Museu paranaense Revista da Sociedade de Arqueologia Brasileira, v. 21, n. 2 (2008). Disponível em: http:// www.ies.ufpb.br/ojs2/index.php/ra/article/view/2845/2450

AOKI, Maria Tereza. **Dois mundos em desencontro: a narrativa imagética de Joaquim José de Miranda e o relatório de Afonso Botelho sobre o encontro entre índios e luso brasileiros nos campos de Guarapuava a partir de 1771.** Monografia. UFPR. Curitiba, 2013.

ARANTES, Aimoré Índio do Brasil. Bandeiras e bandeirantes. In: PARANÁ. Secretaria da Cultura. **Missões:** conquistando almas e territórios. Curitiba, PR: Secretaria de Estado da Cultura, 2009.

ARAUJO, Astolfo G.M. A tradição cerâmica Itararé-Taquara: características, área de ocorrência e algumas hipóteses sobre a expansão dos grupos Jê no sudeste do Brasil. Revista de Arqueologia, São Paulo, 20: 09-38, 2007.

BALHANA, Altiva Pilatti. **História do Paraná**. Curitiba, PR: Grafipar, 1969.

BANDEIRA, Dione da Rocha. Arqueologia Guarani em Santa Catarina: litoral norte. In: MILHEIRA, Rafael Guedes; WAGNER, Gustavo Peretti (orgs.) **Arqueologia Guarani no litoral sul do Brasil.** Curitiba: Appris, 2014.

CARDOSO, Jayme Antonio; WESTPHALEN, Cecília Maria. **Atlas Histórico do Paraná**. 2 ed. Curitiba: Livraria do Chain, 1986.

CAVALHEIRO, Antônio Carlos Mathias. (Coord.) Diagnóstico histórico e arqueológico interventivo da UHE Tibagi-Montante, Curitiba, Relatório técnico IPHAN, 2013b.

CHAGAS, Nádia Moreira. **Europeus e Indígenas – relações interculturais no Guairá dos século XVI e XVII.** UEM, Maringá. Dissertação, 2010.

CHAGAS, Nádia Moreira. MOTA, Lúcio Tadeu. O Guairá nos séculos XVI e XVII
– as relações interculturais. In: **O professor e os desafios da escola pública paranaense.** Vol. 1. Secretaria de Estado da Educação, 2007. Versão on line.

CHYMZ, Igor. 1968. Considerações sobre Duas Novas Tradições Ceramistas Arqueológicas no Estado do Paraná. **Pesquisas - Antropologia**, São Leopoldo, 18: 115- 125.

Diagnóstico Arqueológico Interventivo – Diagnóstico Histórico Cultural – UHE Tibagi Montante – Relatório Final. Elaborado pela EPPC – Estudos e Projetos em Patrimônio Cultural. Curitiba, outubro de 2013.

Disponível em: http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/cadernospde/pdebusca/producoes_pde/2007_uem_hist_artigo_nadia_moreira_chagas.pdf

FELICI, Isabele. **A Verdadeira História Da Colônia Cecília De Giovanni Rossi**. Cad. AEL, n. 8/9, 1998

FITZ, Lucimara da Silva. **O tropeirismo no Paraná – a cultura tropeira em Castro.** Monografia. UNIJUÍ. Juí, 2013.

FOGOLARI, Everson Paulo (Coord.) Relatório final de pesquisa. Levantamento Arqueológico Sistemático Prospectivo e Salvamento Arqueológico na Usina Hidrelétrica Mauá, PR. Habitus Bio Acessoria. Erechim, 2013.

FRASSON, Antonio Carlos; GOMES, Silvestre Alves. **Tropeirismo: processo civilizatório da região sul do Brasil**. Disponível em http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/2010/artigos_teses/2010/Historia/artigos/frasson_artigo.pdf. Acesso em 05/03/17.

GOMES, Josélia Maria Loyola de Oliveira. **Significações e Ressignificações do Patrimônio Cultural: as fazendas históricas e o turismo nos Campos Gerais do Paraná.** UEPG. Mestrado. Ponta Grossa, 2007.

GUTIÉRREZ, Horácio. Donos de terras e escravos no Paraná: padrões e hierarquias nas primeiras décadas do século XIX. **História**, São Paulo, v. 25, n. 01, p. 100-122, 2006.

INVITTI, Alessandra Luchow. **O Patrimônio Cultural da Cidade de Castro – PR. Ações para a conservação da memória histórica**. UEM. Mestrado. Maringá, 2008.

KUBASKI, Luciana. **Imigração e Educação dos Poloneses em Ponta Grossa, PR.**

Dissertação. UEPG, Ponta Grossa, 2015.

LANGER, J. & SANTOS, S.F. Petróglifos e Megalitos no Médio Rio Iguaçu (PR/ SC). Ensino & Pesquisa, UNESPAR, União da Vitória, 1 (1). 2002: 74-100.

LOPES, José Carlos Veiga. **Introdução a história de Tibagi.** Curitiba, PR: Edição do autor, 2002.

MELO, Kátia Andréia Vieira de. **Comportamentos e práticas familiares nos domicílios escravistas de Castro (1824-1835) segundo as listas nominativas de habitantes.** UFPR. Dissertação. Curitiba, 2004.

MOTA, L.T. et al. Monumentos Arqueológicos na Serra do Cadeado, Paraná. [CD-ROM]. In: **Anais Eletrônicos do XIII Congresso da Sociedade de Arqueologia Brasileira**, Campo Grande: SAB, 2005.

MOTA, Lúcio Tadeu e NOELLI, Francisco Silva. Exploração e guerra de conquista dos territórios indígenas nos vales dos rios Tibagi, Ivaí e Piquiri. In: DIAS, Reginaldo Benedito Dias e GONÇALVES, José Henrique Rollo. **Maringá e o Norte do Paraná: estudos de história regional**. Maringá: Eduem, 1999.

MOTA, Lúcio Tadeu. **A Guerra de Conquista nos territórios dos índios Kaingang do Tibagi**. In: V Encontro Regional de História ANPUH-PR, 1996, Ponta Grossa. p.188-303.

NADALIN, Sérgio Odilon. **Paraná: ocupação do território, população e migrações**. Curitiba, Seed, 2001.

NOELLI, Francisco Silva. A ocupação humana na região sul do Brasil: Arqueologia, debates e perspectivas 1872-2000. **Revista da USP**. Nº 44, p. 218-269, dez./fev. 1999-2000.

OLIVEIRA, Dennison de. **Urbanização e industrialização no Paraná**. Curitiba, Seed, 2001.

OLIVEIRA, Mariani Bandeira Cruz. **Terra, trabalho e escravo: fortunas escravistas nos Campos Gerais Paranaense (1826-1850)**. In: XII ENCONTRO ESTADUAL DE HISTÓRIA ANPUH/RS, São Leopoldo.UNISINOS, 2014.

PARELLADA, Claudia Inês. Paraná Espanhol. In: PARANÁ. Secretaria da Cultura. **Missões:** conquistando almas e territórios. Curitiba, PR: Secretaria de Estado da Cultura, 2009.

PARELLADA, Cláudia. Arqueologia dos Campos Gerais. In: Melo, M. S.; Moro, R. S. & Guiomarães, G. B. **Patrimônio natural dos Campos Gerais do Paraná**. Editora UEPG, 2007, pp. 163-165.

PROUS, André. **Arqueologia Brasileira**. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1992.

RIBEIRO, Pedro Augusto Mentz. A tradição ceramista Tupiguarani no sul do Brasil. In: PROUS, Andre; LIMA, Tania Andrade (editores) **Os ceramistas Tupiguarani.** Volume I. Belo Horizonte: Sigma, 2008.

RITTER, Marina Lourdes. **As Sesmarias no Paraná no século XVIII**. Curitiba, Instituto Histórico, Geográfico e etnográfico Paranaense, 1980.

ROBRAHN, E.M. A ocupação Pré-colonial do Vale do Rio Ribeira de Iguape, SP: **Os Grupos Ceramistas do Médio Curso**. Dissertação de Mestrado, São Paulo: Universidade de São Paulo, 1989.

SAINT-HILAIRE, Auguste de. **Viagem a Curitiba e Província de Santa Catarina.** São Paulo, Ed. da Universidade de São Paulo, 1978.

SANTOS, Carlos Roberto Antunes dos. **Vida Material e Econômica**. Curitiba, Seed, 2001.

SBRAVATI, Myriam. O território natural do Guairá. In: PARANÁ. Secretaria da Cultura. **Missões:** conquistando almas e territórios. Curitiba, PR: Secretaria de Estado da Cultura, 2009.

SCHAWARTZ, Widson. In: http://reporterdahistoriariotibagi.blogspot.com.br/search?updated-max=2013-10- 06T07%3A46%3A00-07%3A00&max-results=7 2013.

SCHMITZ, P.I. O Patrimônio Arqueológico Brasileiro. **Revista de Arqueologia**. Rio de Janeiro, 1988, 5:11-18.

URBAN, G. A História da Cultura Brasileira Segundo as Línguas Nativas. In: CARNEIRO DA CUNHA, M. (Ed*)* **História dos Índios no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras - Secretaria Municipal de Cultura - FAPESP: 1992, pp. 87-102.

WACHOWICZ, Ruy Christovam. **Norte Velho, Norte Pioneiro.** Curitiba, PR: Vicentina, 1987.

WACHOWICZ, Ruy. **História do Paraná**. Curitiba: Imprensa Oficial do Paraná, 2001.